cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.04.15 06:16:23 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 15, 16 e 17 de abril de 2023 • Nº 1541 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

IBGE

Volume de serviços recua 3,1% em janeiro

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviços no país caiu 3,1% em janeiro deste ano, em comparação a dezembro de 2022, quando alcançou recorde histórico. Em relação a janeiro de 2022, o volume de serviços teve expansão de 6,1%, vigésima terceira taxa positiva consecutiva. O avanço do volume de serviços no Brasil foi acompanhado por 25 das 27 unidades da federação. As principais contribuições positivas foram identificadas em São Paulo (4,3%), Rio de Janeiro (8,2%), Minas Gerais (10,9%), Paraná (12,1%) e Rio Grande do Sul (11,5%). PÁGINA 2

2024

Governo envia ao Congresso meta de déficit zero

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enviou ao Congresso a previsão de zerar o déficit primário em 2024 e obter superávits de R$ 61,6 bilhões em 2025 e de R$ 130,8 bilhões em 2026. Os números estão no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, enviado nesta sexta-feira ao Congresso. O documento estabelece as diretrizes e metas para o exercício seguinte, moldando a proposta de Orçamento a ser discutido no segundo semestre. O PLDO encaminhado neste ano tem a particularidade de buscar equilibrar a realidade de duas legislações fiscais, a vigente (que estabelece o teto de gastos criado no governo de Michel Temer) —sob a qual foi produzido o documento— e a nova regra para as contas públicas que está prestes a ser enviada pelo governo. De acordo com o Ministério do Planejamento, o PLDO traz uma permissão para que a proposta de Orçamento de 2024 já preveja despesa primária em valor superior ao teto de gastos, condicionada à aprovação do novo arcabouço fiscal. Segundo a pasta, as despesas condicionadas à aprovação do novo arcabouço totalizarão R$ 172 bilhões em 2024 (que compõem o total previsto de R$ 2,1 trilhões em gastos totais). "Essa autorização viabilizará a recomposição e a execução das políticas públicas prioritárias para o país, o funcionamento da máquina e o investimento da União", defende o ministério. A previsão do governo é que, mesmo considerando as despesas extras de R$ 172 bilhões, o resultado primário em 2024 fique neutro em 0% do PIB.

Março

Inflação desacelera em todas faixas de renda

PÁGINA 2

Visita à China

Lula quer reindustrializar o Brasil em parceria com o capital chinês

RICARDO STUCKERT/PR

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva(**foto com Xi**) busca parceria chinesa para reindustrilizar o Brasil. Segundo o Haddad, este foi o foco de encontros do presidente com empresários e o governo chinês na visita a Pequim. Questionado se o governo está cada vez mais próximo da China e distante dos EUA, Haddad afirmou que não há nenhuma intenção de se afastar de quem quer que seja, "sobretudo de um parceiro na qualidade dos Estados Unidos". "Estamos fazendo um esforço de aproximação, queremos investimentos dos EUA no Brasil. Na verdade, estamos vivendo quase que um momento de desinvestimento. Algumas empresas americanas no passado tomaram a decisão de deixar o Brasil, e nós queremos restabelecer as melhores relações", disse Haddad. PÁGINA 2

Terror em Brasília

ANDERSON RIEDEL/PR

Moraes determina depoimento de Bolsonaro sobre ataques golpistas

O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes determinou nesta sexta-feira à Polícia Federal que o ex-presidente Jair Bolsonaro (**foto**) seja ouvido em até dez dias no inquérito que investiga os autores intelectuais dos ataques golpistas de 8 de janeiro. O pedido foi feito pela Procuradoria-Geral da República, com base em conduta praticada pelo ex-presidente no dia 10 de janeiro, dois dias após os atos. Segundo o órgão, na ocasião, Bolsonaro teria supostamente "incitado a perpetração de crimes contra o Estado de Direito". Na decisão, Moraes disse que a oitiva de Bolsonaro, nos termos indicados pelo MP, "é medida indispensável ao completo esclarecimento dos fatos investigados". PÁGINA 8

INDICADORES

IBOVESPA: -0,17% / 106.279,37 / -178,48 / Volume: R$ 21.361.039.458 / Negócios: 3.523.311

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
CIELO ON NM	5.08	+2.83	+0.14
LOCAWEB ON NM	5.40	+2.27	0.12
BRASKEM PNA N1	20.80	+2.16	+0.44
B3 ON NM	11.97	+1.96	+0.23
BRASIL ON NM	43.43	+1.71	+0.73

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
SID NACIONALON	14.49	–7.35	–1.15
REDE D OR ON NM	22.180	–6.02	–1.420
ALPARGATAS PN N1	7.59	–5.13	–0.41
MARFRIG ON NM	6.14	–3.00	–0.19
ASSAI ON NM	13.220	–3.85	–0.530

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	78.81	–0.88	–0.70
PETROBRAS PN N2	26.30	+1.04	+0.27
BRASIL ON NM	43.43	+1.71	+0.73
ITAUUNIBANCOPN N1	26.01	+1.44	+0.37
COSAN ON NM	15.81	+0.25	+0.04

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.886,47	-0,42
NASDAQ Composite	12.123,465	-0,35
Euro STOXX 50	4.385,37	+0,50
FTSE 10	7.871,91	+0,36
DAX 30	15.807,5	+0,50
Ftse Mib	27.872,24	+0,89

Salário mínimo	R$ 1.302,00
Ufir	R$ 3,7053
Taxa Selic (22/03)	13,75%
Poupança 3 (15/4)	0,58%
TR (prefixada) (04/2023)	0,0821%
IGP-M	0,05% (mar.)
IPCA	0,71% (mar.)
CDI	0,46 até o dia 14/abr.
OURO BM&F/grama	R$ 312,90
EURO Comercial	Compra: 5,4035 Venda: 5,4042
EURO turismo	Compra: 5,4716 Venda: 5,6516
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,9449 Venda: 4,9455
DÓLAR comercial	Compra: 4,9145 Venda: 4,9151
DÓLAR turismo	Compra: 4,9434 Venda: 5,1234

MERCADOS

Bolsa tem alta semanal de 5,4%; dólar recua quase 3% ante o real

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em baixa nesta sexta-feira, mas em intensidade menor do que chegou a ensaiar durante o dia. Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) acumulou alta, impulsionada principalmente pelos dados de inflação de março, que vieram abaixo do esperado, e elevaram as expectativas para o início do ciclo de corte de juros pelo BC (Banco Central).

O dólar também caiu nesta sexta-feira, confirmando a tendência da semana. O câmbio foi mais influenciado pelo cenário econômico nos Estados Unidos, com indicadores mostrando uma desaceleração da economia e da inflação no país.

O Ibovespa fechou esta sexta-feira em baixa de 0,17%, a 106.279 pontos. Na semana, o índice acumulou avanço de 5,4%. O dólar comercial à vista encerrou o dia com queda de 0,22%, a R$ 4,916, e na semana, o recuo foi de 2,8%.

Nos mercados futuros, os juros apresentam alta. Nos contratos para janeiro de 2024, as taxas subiram de 13,16% do fechamento de quinta-feira para 13,19%. Para janeiro de 2025, os juros avançaram de 11,77% para 11,85%. No vencimento em janeiro de 2027, a taxa passa de 11,64% para 11,69%.

Em Nova York, o Dow Jones encerrou o dia com recuo de 0,42%. S&P 500 e Nasdaq caíram 0,21% e 0,35%, respectivamente.

CAPITAL CHINÊS

Lula quer reindustrializar o País em parceria com a China

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva busca parceria chinesa para reindustrilizar o Brasil. Segundo o Haddad, este foi o foco de encontros do presidente com empresários e o governo chinês na visita a Pequim.

Questionado em coletiva de imprensa se o governo está cada vez mais próximo da China e distante dos EUA, Haddad afirmou que não há nenhuma intenção de se afastar de quem quer que seja, "sobretudo de um parceiro na qualidade dos Estados Unidos".

"Estamos fazendo um esforço de aproximação, queremos investimentos dos EUA no Brasil. Na verdade, estamos vivendo quase que um momento de desinvestimento. Algumas empresas americanas no passado tomaram a decisão de deixar o Brasil, e nós queremos restabelecer as melhores relações e desejamos a parceria com essas (sic) três grandes blocos comercias, que é EUA, União Europeia e China", disse o ministro.

Segundo Haddad, o desejo do presidente Lula é que o Mercosul se fortaleça para que, em bloco, nós possamos negociar em condições melhores acordos comerciais com EUA, União Europeia e China. Ele mencionou novos estudos uma moeda única para comércio bilateral. "O país não pode estar isolado de ninguém, é grande demais para ficar escolhendo parceiro."

O ministro disse ainda que o governo irá lançar vários projetos de PPPs (parcerias público-privadas) e "convidará o mundo a participar". Em especial, para a área de saneamento. Pontuou, porém, que a União Europeia cobra resposta e medidas contra o desmatamento.

O governo brasileiro anunciou 20 acordos com a China, projetando que cerca de R$ 50 bilhões de investimento.

Entre os acordos, com pendências, há o do estabelecimento da montadora de carros elétricos BYD na Bahia, que ainda espera um acerto com a americana Ford para aquisição de sua antiga fábrica.

CÂMBIO

O ministro afirmou ainda que é natural que o dólar se estabilize num patamar mais baixo do que havia sendo medido. Para ele, se a agenda de recuperação da base fiscal proposta pelo governo Lula for bem sucedida, o real vai voltar ao patamar que seria adequado, apesar do câmbio flutuante do país.

"A economia brasileira responde muito rapidamente a estímulos adequados", disse Haddad.

INSS

Aposentados ficam de fora das discussões sobre o salário mínimo

Entidades que representam aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) têm ficado de fora das discussões sobre o novo modelo de reajuste do salário mínimo e, consequentemente, o valor que será pago.

O salário mínimo, hoje em 1.302, deve ser reajustado para R$ 1.320 a partir de 1º de maio, atendendo compromisso de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) firmado com sindicatos, incluindo os de aposentados.

Uma nova fórmula de reajuste está em debate no Ministério do Trabalho e Emprego. Reuniões estão sendo realizadas com a centrais sindicais e outros ministérios, mas, até agora, segundo representantes de aposentados e pensionistas do INSS, a categoria ainda não participou dos debates presenciais.

João Inocentini, presidente do Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), afirma que chegou a ser convidado para uma das reuniões, realizada na semana passada, mas que o convite chegou após o fim do expediente de uma sexta-feira, com reunião marcada para a manhã de segunda, sem que os sindicalistas conseguissem se organizar para ir à Brasília.

A confusão provocou dissidência entre o Sindnapi e a Força Sindical, central à qual o sindicato era coligado. Na terça-feira passada, reunião da diretoria votou pelo desligamento temporário entre a entidade e a Força, e pela suspensão dos repasses mensais.

Para Inocentini, os aposentados e pensionistas são público expressivo que recebe o salário mínimo e precisam ser ouvidos. Dados do Sindnapi são de que entre 26 e 27 milhões dos quase 37 milhões de beneficiários da Previdência Social ganham hoje o piso nacional.

"Metade do público que recebe salário mínimo no país é de aposentados", diz. Segundo ele, o sindicato também tem um estudo para apresentar ao Ministério do Trabalho. Inocentini afirma que deve participar da reunião que será realizada na próxima semana, e aguarda convite com antecedência por parte do ministério.

"Nós queremos recuperar o salário mínimo. As melhores épocas de nosso país foram quando o salário mínimo era melhor: em 45 e 46, nos anos 60, anos 80 e nos governos Lula e Dilma. Gerava renda, ajudava municípios, era dinheiro circulando. O dinheiro tem que estar na mão do povo, que compra e movimenta a economia", afirma.

Warley Martins, presidente da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados Pensionistas e Idosos), também diz não ter sido convidado para os debates. "Não nos convidaram, estamos sabendo só pela imprensa", afirma.

Além dos estudos sobre o salário mínimo, Inocentini pretende levar à Brasília levantamento sobre o custo dos medicamentos, que tem onerado os aposentados. Desde 31 de março, os remédios estão 5,6% mais caros no país.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, nega falta de participação dos aposentados. "Eles estão no grupo. Têm que participar sim, é importantíssimo", afirma. O sindicalista diz que a reunião da semana passada avançou em dois pontos importantes: todos concordam que o mínimo está defasado e que deve haver uma nova fórmula de reajuste.

Houve, porém, divergência quanto ao valor. As centrais querem R$ 1.381 para repor as perdas deixadas pelo governo Bolsonaro.

A fórmula defendida hoje é a retomada do modelo que foi aplicado nos governos Lula e Dilma, que vigorou de 2007 a 2019, e considera a inflação do ano anterior mais o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

No entanto, a categoria quer repor 5,8% a mais, que seriam as perdas, parceladamente até 2026. "O que estamos justificando é que, desde quando foi criado o salário mínimo, em 1940, o poder de compra está menos de 50% do que era na época."

IPEA

Inflação desacelera para todas as faixas de renda em março

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A inflação desacelerou para todas as faixas de renda em março, divulgou nesta sexta-feira o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Segundo o órgão, que desagrega o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) por classes sociais, as famílias de menor renda foram as que mais se beneficiaram.

Segundo o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, a inflação para as famílias de renda muito baixa somou 0,53% em março. A maior taxa ficou com as famílias de renda média-alta, com 0,81%.

COMPARAÇÃO

Em relação a março de 2022, houve forte desaceleração para todas as classes sociais, mas a redução foi mais intensa para as famílias de menor poder aquisitivo, principalmente por causa da redução da alta nos preços dos alimentos em domicílio. Exceto pelos segmentos de pescados e de aves e ovos, os demais alimentos registraram variações de preços menores em março de 2023 em relação a março de 2022.

No acumulado em 12 meses terminados em março, as famílias de renda alta tiveram a inflação mais elevada (6,44%). A menor inflação foi registrada no segmento de renda média-baixa (4,38%). Entre as famílias de renda muito baixa, o indicador atingiu 4,6%.

GRUPOS

Influenciado pelas altas de 8,3% da gasolina e de 3,2% do etanol, o grupo transportes pressionou a inflação para todas as faixas de renda. No entanto, as famílias de maior renda sentiram menos o impacto por causa das quedas de 5,3% das passagens aéreas e de 1,6% do seguro veicular.

Mais dois grupos pressionaram a inflação em março, porém em menor intensidade. Na habitação, a alta de 2,3% nas tarifas de energia elétrica impactou principalmente as famílias de menor renda. No grupo saúde e cuidados pessoais, as famílias de menor poder aquisitivo sentiram a alta de 0,72% nos produtos de higiene pessoal, enquanto as de renda maior foram influenciadas pela alta de 1,2% nos planos de saúde.

O segmento de renda mais elevada também foi influenciado pelo grupo despesas pessoais. Principalmente pelos reajustes de 0,32% dos serviços pessoais e de 0,55% dos serviços de recreação em março.

IBGE

Volume do setor de serviços recua 3,1% em janeiro

ALANA GANDRA/ABRASIL

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviços no país caiu 3,1% em janeiro deste ano, em comparação a dezembro de 2022, quando alcançou recorde histórico.

Em relação a janeiro de 2022, o volume de serviços teve expansão de 6,1%, vigésima terceira taxa positiva consecutiva. O avanço do volume de serviços no Brasil foi acompanhado por 25 das 27 unidades da federação.

As principais contribuições positivas foram identificadas em São Paulo (4,3%), Rio de Janeiro (8,2%), Minas Gerais (10,9%), Paraná (12,1%) e Rio Grande do Sul (11,5%). Por outro lado, os únicos resultados negativos do mês ocorreram no Mato Grosso do Sul (-6,4%) e no Acre (-2%).

Esta é a primeira divulgação da nova série da pesquisa, que passou por atualizações na seleção da amostra de empresas, ajustes nos pesos dos produtos e das atividades, além de alterações metodológicas, visando retratar mudanças econômicas na sociedade, explicou o IBGE, por meio de sua assessoria de imprensa. As atualizações são previstas e implementadas periodicamente.

Na avaliação do gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, a queda observada em janeiro elimina o ganho acumulado de 3% ocorrido nos meses de novembro e dezembro de 2022, embora a base de comparação se encontrasse em patamar elevado. "O setor de serviços continua muito próximo do seu ponto mais alto da série, alcançado no mês passado, o que o coloca em um patamar 10,3% acima do nível pré pandemia."

INFLUÊNCIA NEGATIVA

O levantamento mostra que a maior influência negativa no resultado de janeiro de 2023 veio do setor de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, com queda de 3,7%. Essa queda é explicada pela parte de armazenagem, que caiu 9%, com destaque negativo para gestão de portos e terminais; e transporte aéreo de passageiros, que recuou 5,9% no mês.

O setor de outros serviços também apresentou redução no primeiro mês deste ano, com -9,9% em comparação com dezembro do ano passado, quando havia subido 9,4%. Rodrigo Lobo informou, entretanto, que o movimento de retração resultou de receitas atípicas recebidas no mês anterior pelas empresas que atuam nos segmentos de serviços financeiros auxiliares, os chamados bônus por performance. Com isso, há uma base de comparação elevada, ocasionando queda em janeiro, quando esse adicional de receita não está mais presente no faturamento das empresas do segmento, explicou o gerente.

No sentido oposto, serviços de informação e comunicação e os prestados às famílias registraram alta de 1% em janeiro. O primeiro setor recuperou parte da queda (-2,5%) verificada nos dois últimos meses de 2022 e teve como destaque a alta observada em telecomunicações (8,1%) e em serviços de tecnologia da informação (TI) (3,6%). Já os serviços prestados às famílias registraram o segundo resultado positivo seguido, acumulando ganho de 3,5%.

SEM IMPOSTOS

Tebet: alta das receitas virá com reonerações

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou nesta sexta-feira que o governo está comprometido com uma política econômica que promova a estabilização da dívida pública, ciente que o investimento no social e a responsabilidade fiscal andam juntos.

Em evento na FGV (Fundação Getulio Vargas) em São Paulo, ela acrescentou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabe que não é possível gastar mais do que arrecada, bem como também não é possível conviver com dois ou três anos de déficit primário.

Ela afirmou ainda que não faz parte dos planos do governo promover aumentos de impostos para realizar os investimentos previstos dentro da política pública, em especial nas áreas de educação e saúde. O aumento da arrecadação se dará por meio de reonerações, revertendo medidas adotadas nos últimos anos, como no caso dos combustíveis, disse Tebet.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

BEMISA

BEMISA HOLDING S.A.

CNPJ nº 08.720.614/0001-50

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas., as DFs acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Nesse sentido, cumpre-nos destacar as informações relevantes da Cia. e de sua administração durante o ano de 2022. A Cia. iniciou suas atividades operacionais a partir/06/2007 e tem por objetivo de prospecção, desenvolvimento, operação e participação em empresas. Em 01/10/2021, a Cia. obteve a licença de instalação para a fase de Lavra Experimental e, em 26/12/2022 obteve a licença de operação de planta e mina do projeto Água Azul localizado no estado do Pará. Assim, durante o ano de 2022, a controlada Bemisa Água Azul realizou as etapas de implantação do projeto que está em fase final de comissionamento. Durante o exercício de 2022, a Cia. deu continuidade ao seu plano de consolidação da Mina Baratinha e aos trabalhos de pesquisa como parte de seu plano de prospecção, desenvolvimento e implantação dos seus projetos de diversos minerais, conforme os padrões internacionalmente aceitos e o desenvolvimento de processos complementares para adequação dos produtos às necessidades dos clientes. As atividades da Cia. e de suas investidas, a serem realizadas durante o ano de 2023, poderão ser suportadas por aporte de recursos de seu acionista e/ou de terceiros em complemento à geração de caixa de suas operações e de suas investidas. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderá ser examinada através das próprias DFs e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. RJ, 15/03/2023. **A ADMINISTRAÇÃO.**

Balanços patrimoniais Em 31/12/22 e 2021 (Em MR$)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**75.260**	241.792	**94.876**	244.750
Contas a receber	6	**60.397**	39.589	**60.397**	39.589
Estoque	8	**14.589**	5.941	**14.589**	5.941
Adiantamentos		**1.347**	5.050	**1.789**	5.052
Impostos a recuperar	7	**2.671**	1.528	**3.602**	1.532
Despesas antecipadas		**2.285**	1.919	**3.045**	2.396
Outros créditos		**580**	42	**580**	42
Total do ativo circulante		**157.129**	295.861	**178.878**	299.302
Não circulante					
Impostos a recuperar	7	**-**	-	**-**	5
Adiantamentos		**5.041**	4.000	**5.041**	4.000
Depósitos judiciais		**159**	48	**159**	48
Despesa antecipada		**52**	86	**1.347**	1.857
Impostos diferidos	22	**1.286**	5.378	**1.286**	5.378
		6.538	9.512	**7.833**	11.288
Investimentos	10	**195.039**	37.202	**-**	-
Propriedade para investimento	9	**-**	-	**10.845**	-
Imobilizado	11	**145.531**	178.818	**259.349**	190.485
Intangível	12	**201.941**	147.710	**255.316**	170.050
Direito de uso - arrendamento		**921**	1.328	**921**	1.328
Total do ativo não circulante		**549.970**	374.570	**534.264**	373.151
Total do ativo		**707.099**	670.431	**713.142**	672.453

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Nota	2022	2021	2022	2021
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	**4.012**	6.983	**4.012**	6.983
Fornecedores	17	**31.078**	24.813	**35.135**	26.814
Salários e encargos	15	**17.778**	12.701	**18.774**	12.710
Impostos a recolher	14	**11.426**	9.821	**12.417**	9.833
Dividendos a pagar	19	**8.586**	-	**8.586**	-
Obrigações a pagar		**9.962**	2.086	**9.962**	2.086
Passivo de arrendamento		**392**	432	**392**	432
Total do passivo circulante		**83.234**	56.835	**89.278**	58.857
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	**8.934**	18.269	**8.934**	18.269
Provisão para desmobilização de ativos	16	**12.598**	14.311	**12.598**	14.311
Provisão para contingências	25	**155**	139	**155**	139
Obrigações a pagar		**6.656**	15.216	**6.656**	15.216
Passivo de arrendamento		**542**	885	**542**	885
Total do passivo não circulante		**28.885**	48.821	**28.885**	48.821
Patrimônio líquido	19				
Capital social		**188.147**	188.147	**188.147**	188.147
Reserva de capital		**117.435**	117.435	**117.435**	117.435
Reserva de lucro		**289.399**	259.192	**289.399**	259.192
Total do patrimônio líquido		**594.981**	564.774	**594.981**	564.774
Total do passivo		**707.099**	670.431	**713.142**	672.453

Demonstrações dos resultados)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Receitas líquida de venda	20	**546.222**	159.599	**545.363**	777.348
Custo do produto vendido	21	**(174.129)**	(38.600)	**(183.833)**	(140.183)
Lucro bruto		**372.093**	120.999	**361.530**	637.165
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	22	**(161.917)**	(36.192)	**(155.727)**	(142.455)
Provisão para *impairment*	12	**-**	(24.406)	**-**	(24.406)
Equivalência patrimonial	10	**(4.782)**	315.343	**-**	-
Outras despesas/receitas		**(1.755)**	(1.166)	**(1.529)**	1.139
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**203.639**	374.577	**204.274**	471.443
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		**18.077**	5.107	**19.214**	9.071
Despesas financeiras		**(3.215)**	(849)	**(3.245)**	(4.019)
		14.862	4.258	**15.969**	5.052
Resultado antes do IR e da C.S.		**218.501**	378.835	**220.243**	476.495
IR e C.S.	24	**(47.738)**	(10.703)	**(49.480)**	(108.364)
Lucro líquido do exercício		**170.763**	368.131	**170.763**	368.131

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**170.763**	368.131	**170.763**	368.131
Resultado abrangente do exercício	**170.763**	368.131	**170.763**	368.131

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

			Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Estatutária	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/20	188.147	117.435	3.700	52.719	-	362.001
Distribuição de dividendos complementares de 2020	-	-	-	(52.719)	-	(52.719)
Lucro do exercício	-	-	-	-	368.131	368.131
Constituição reserva Legal	-	-	18.407	-	(18.407)	-
JSCP	-	-	-	-	(12.639)	(12.639)
Distribuição de dividendos mínimos	-	-	-	-	(74.792)	(74.792)
Distribuição de dividendos complementares de 2021	-	-	-	-	(25.208)	(25.208)
Destinação reserva estatutária	-	-	-	237.085	(237.085)	-
Saldos em 31/12/21	188.147	117.435	22.107	237.085	-	564.774
Distribuição de dividendos complementares de 2021				**(100.000)**		**(100.000)**
Lucro do exercício					**170.763**	**170.763**
Constituição reserva legal			**8.538**		**(8.538)**	**-**
JSCP					**(31.970)**	**(31.970)**
Distribuição de dividendos mínimos					**(8.586)**	**(8.586)**
Destinação reserva estatutária				**121.669**	**(121.669)**	**-**
Saldos em 31/12/22	**188.147**	**117.435**	**30.645**	**258.754**	**-**	**594.981**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício	**170.763**	368.131	**170.763**	368.131
Ajustes ao prejuízo do exercício:				
Resultado de equivalência patrimonial	**4.782**	(315.343)	**-**	-
Depreciação/amortização	**24.013**	5.076	**24.171**	19.810
Amortização de direito de uso	**440**	254	**440**	772
Provisão para contingência	**16**	6	**16**	(5)
Provisão para *impairment*	**-**	24.406	**-**	24.406
Resultado do exercício ajustado	**200.014**	82.531	**195.390**	413.115
Aumento/redução de ativos e passivos operacionais				
Adiantamentos	**2.662**	(4.337)	**2.223**	(4.086)
Estoques	**(8.648)**	3.167	**(8.648)**	479
Contas a receber	**(20.808)**	26.344	**(20.808)**	1.717
Impostos a recuperar	**(1.143)**	3.554	**(2.065)**	4.158
Despesas antecipadas	**(332)**	(515)	**(139)**	(2.839)
Outros créditos	**(537)**	(100)	**(538)**	(2.869)
Depósitos Judiciais	**(111)**	-	**(111)**	50
Fornecedores	**6.265**	2.711	**8.320**	11.371
Salários e encargos a pagar	**5.077**	406	**6.064**	2.983
Impostos a recolher	**1.605**	(9.964)	**2.584**	(2.094)
Obrigações a pagar	**(684)**	(1.671)	**(684)**	13.026
Provisão para desmobilização	**(1.713)**	(1.189)	**(1.713)**	(1.850)
Impostos diferidos	**4.092**	(9.227)	**4.092**	(8.298)
Caixa líquido (utilizado das) aplicado nas atividades operacionais	**185.739**	91.708	**183.967**	424.862
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição/baixa de investimentos	**(162.619)**	(4.803)	**-**	-
Aquisição/baixa de propriedade para investimentos	**-**	-	**(10.845)**	-
Aquisição/baixa de ativo imobilizado	**10.582**	(17.364)	**(91.726)**	(79.808)
Aquisição/baixa de ativo intangível	**(55.539)**	(4.699)	**(86.575)**	(6.979)
Direito de uso	**(34)**	(325)	**(34)**	(1.513)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(207.611)**	(27.193)	**(189.181)**	(88.302)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos recebidos	**-**	18.654	**-**	-
Recebimento de dividendos	-	173.395	-	-
Pagamento de empréstimo e financiamento	**(12.305)**	(1.697)	**(12.305)**	(5.394)
Dividendos e JCP pagos	**(131.970)**	(182.929)	**(131.970)**	(182.929)
Passivo de arrendamento	**(385)**	42	**(385)**	690
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(144.660)**	7.464	**(144.660)**	(187.633)
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	**(166.532)**	71.981	**(149.874)**	148.927
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**21.792**	2.595	**244.750**	95.823
Caixa e equivalente de caixa incorporação	**-**	167.216	**-**	-
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	**75.260**	241.792	**94.876**	244.750
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalente de caixa	**(166.532)**	71.981	**(149.874)**	148.927

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Bemisa Holding S.A. ("Bemisa Holding" ou "Cia.") foi constituída em março de 2007, com sede na Av. Rio Branco nº 108, sala 2501, parte - RJ. A Cia. tem como objeto social a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga, bem como participação em outras Cias., na condição de acionista ou sócio quotista. Em 31/12/22, a Cia. possui participações de 100% do capital de quatro controladas, denominadas Bemisa Mineração e Logística S.A. ("Bemisa Logística"), Três Picos Participações e Empreendimentos Ltda. ("Três Picos"), Bemisa Água Azul Mineração Ltda. ("Bemisa Água Azul") e BMV Participações Ltda ("BMV") conforme detalhado na Nota 10. Em 2022, a controlada Bemisa Logística iniciou a operação de logística através da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro para a controladora e para terceiros no Terminal de Cargas localizado na cidade de Timoteo no estado de Minas Gerais. A controlada BMV foi constituída em 04/05/22 com o objetivo de explorarmos oportunidades de Venture Capital e de pequenos projetos dentro do setor de mineração e ao longo da sua cadeia produtiva. Em 2022 a controlada Três Picos, efetuou a reclassificação da rubrica de terrenos de imobilizado para a Propriedade para Investimento devido aos estudos para desenvolvimento de projeto imobiliários que tem sido realizado na propriedade. Em 01/10/21, a Cia. obteve a licença de instalação para a fase de Lavra Experimental e, em 26/12/22 obteve a licença de operação de planta e mina do projeto Água Azul localizado no estado do Pará. Assim, durante o ano de 2022, a controlada Bemisa Água Azul realizou as etapas de implantação do projeto que está em fase final de comissionamento. Em 01/06/22, a Cia. realizou um aporte de capital na controlada Bemisa Água Azul no montante de R$ 104.877, sendo R$ 94.877 integralizado com bens e direitos do projeto Água Azul e R$ 10.000 integralizado em espécie. A integralização com a conferência de bens e direitos foi realizada da seguinte forma: R$ 79.888 através de ativos imobilizados, R$ 14.320 com ativos intangíveis, R$ 669 com a transferência de adiantamentos. Ainda em 2022, a Cia. realizou outros aportes no valor total de R$ 50.340 totalmente integralizado em espécie. Em 2022, a Cia. realizou adiantamentos no montante de R$ 59.607 referente a aquisição de direitos minerários vinculados a projetos em fase de pesquisa. Esses valores serão descontados dos valores devidos pela exploração a partir do início da operação de exploração dos respectivos direitos minerários. controle da Cia. é exercido pelo Opportunity Holding FIP MIE, que detém 99,99% das ações ordinárias. Reestruturação societária: Em 01/09/21, a Bemisa - Brasil aprovou a incorporação da então controlada Bemisa MG, cujo valor do acervo líquido incorporado foi de R$ 16.367. Em 01/10/21, foi aprovado em AGE, a incorporação da Bemisa Brasil Exploração Mineral que detinha a operação de minério de ferro no município de Antônio Dias, no Estado de Minas Gerais, chamada de Mina de Baratinha, na Bemisa Holding, cujo valor do acervo líquido de incorporação foi de R$ 470.427. A incorporação visa reduzir gastos administrativos e obrigações acessórias que não geram qualquer ganho econômico, explorar as sinergias existentes, centralizar e otimizar a gestão dos projetos de exploração mineral, além de simplificar o entendimento dos stakeholders quanto a estrutura societária e o desenvolvimento socioeconômico do Grupo Bemisa, que será percebido como uma única identidade. Adicionalmente, dado o cenário de incertezas decorrente da possibilidade de uma reforma tributária trazer ainda mais complexidade ao sistema tributário nacional vigente, a simplificação da estrutura societária também contribuirá para uma maior segurança jurídica aos acionistas para aporte e eventuais captações de recursos, além de facilitar a compreensão quanto aos efeitos tributários das operações desenvolvidas pelas empresas do grupo. Além da Mina Baratinha, a Cia. detém em seu portfólio projetos de prospecção mineral de diversas commodities, bem como atua ativamente no mercado de mineração e ao longo da cadeia e também na logística em busca de novas oportunidades de negócios em todas as fases de maturidade. Efeitos da guerra da Ucrânia: A Administração avalia que a guerra da Ucrânia, Russia e Bielorussia iniciada em 2022 trouxe os impactos indiretos e macroeconômicos conhecidos no mercado, mas não diretamente ao negócio da Cia. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das S.A., complementadas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração avaliou a capacidade da Cia. e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui capacidade para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cia. foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. Em 15/03/23, a Administração da Cia. autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/22. **2.2. Declaração de relevância:** Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Cia. e de suas controladas. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Cia. e suas controladas é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Cia. utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada de transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência. **2.4. Demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Bemisa Holding e as demonstrações contábeis das controladas Três Picos, Bemisa Logística, Bemisa Água Azul e BMV. As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, deduzidas das seguintes principais eliminações: • Participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre elas, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas; • Saldos de contas correntes e outras integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas, cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e, • Efeitos no resultado (receitas e despesas) decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A Administração da Cia. e das controladas se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo que poderiam causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: Redução dos valores de recuperação dos ativos imobilizado e intangível (impairment): Os itens dos ativos imobilizado e intangível com prazo de vida útil definida que apresentem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros, econômicos e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados por meio de realização do teste de recuperabilidade (*impairment*). Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a teste de *impairment* anualmente. Em 2021, a Administração, efetuou a revisão da recuperabilidade de seus ativos de LP identificou a necessidade de registro de provisão para perda de R$ 24.406 em decorrência da redução do valor justo do projeto relacionadas, especialmente, a questões mercadológicas. Vida útil dos ativos imobilizado e intangível: A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. A Cia. adota como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de identificar possíveis perdas e efetua também, pelo menos anualmente, revisões da vida útil dos bem registrados no ativo imobilizado. Em 2021, a Cia. revisou o Life of Mine da Mina Baratinha através da realização de estudos geológicos para avaliação da reserva o que resultou o aumento da vida útil da Mina em 1 ano, assim estima-se que a vida útil da mesma seja estendida até 2027. Custo de remoção de estéril (stripping) de mina de superfície na fase de produção: Para custo de remoção de estéril de mina, a Administração adota os conceitos de componente, camadas geológicas (subconjunto ou "fatias" da mina como um todo). Sendo assim, durante o exercício de 2022 foi apurada a relação estéril x minério (REM) por camada geológica referente a Mina Baratinha, conforme segue.

	2022	2021
REM Apurada	**2,34**	1,90
REM - Life of Mine	**1,69**	1,69
Custo capitalizado	**15.996**	6.616

Em 2022, a Cia. identificou a necessidade de remoção de estéril extra para o desenvolvimento (abertura) da cava, com o intuito de liberar minério e garantir a produções dos próximos anos. Diante disso, durante o exercício de 2022, os gastos com remoção de estéril para beneficiamento futuro (ICPC 18) foram capitalizados com base em boletins de medição específicos ao longo do ano, quando julgado aplicável pelo gerente geral de operações. Provisão para desmobilização de ativos: Custos de desmobilização da mina e restauração da área utilizada pela Cia. e suas controladas incluem os custos de desmonte das infraestruturas, a remoção de material residual bem como a reabilitação de áreas degradadas. As provisões são reconhecidas no momento em que a supressão ambiental ocorre. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar as estimativas e periodicamente o montante provisionado é revisado e ajustado quando necessário sempre por empresa ambiental contratada. A provisão é a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação de restauração na data do balanço, descontada a taxa de Selic. Com base nas exigências legais e na tecnologia atual. Futuros custos de restauração são revistos anualmente e as alterações são refletidas no valor presente da disposição no final do exercício. O montante da provisão para custos de restauração futuro é capitalizado como um ativo imobilizado e é depreciado de acordo com a vida útil do recurso mineral. O passivo não circulante é atualizado pela taxa de desconto real da controlada. O ativo é depreciado de forma linear de acordo com a vida útil da mina. Durante o exercício de 2022, a Cia. contabilizou uma redução de R$ 2.616 referente as obrigações e R$ 902 referente ao ajuste a valor presente, totalizando R$ 12.598 no exercício. Maiores detalhes na nota explicativa 16. Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber: A Administração analisa mensalmente os saldos em aberto de clientes. Clientes com risco de realização dos pagamentos devidos, são analisados individualmente e registrado provisão para não recuperação do contas a receber quando necessário. A Cia. e suas controladas avaliam o risco do cliente para crédito fazendo uma análise financeira do mesmo e de acordo com o risco é estabelecido um percentual onde é efetuada a provisão desse percentual em cima do montante em aberto. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Cia. e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas apólices de seguro, quando aplicável. **4. Resumo das principais políticas contábeis:** a) Contas a receber: São apresentadas pelo valor nominal dos títulos, os quais estão sujeitos ao Ajuste a Valor Presente (AVP), quando relevante. É constituída provisão para perda esperada com créditos, cujo cálculo é baseado em estimativas suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimento a situação de cada cliente. b) Estoque: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação. A Cia. e suas controladas utilizam o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. c) Instrumentos financeiros: i) *Ativos financeiros não derivativos:* a) *Classificação e mensuração:* A Cia. e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. A avaliação dos ativos financeiros nos termos do CPC 48 está detalhada na tabela abaixo:

Ativos financeiros	DF	Categoria do ativo
Disponibilidades	Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Depósitos e cauções	Depósitos e cauções	Custo amortizado
Contas a receber por venda de ativos	Contas a receber	Custo amortizado
Adiantamento	Adiantamentos	Custo amortizado
Outras contas a receber	Outros créditos	Custo amortizado

b) *Redução ao valor recuperável:* O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. c) *Desreconhecimento (baixa):* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Cia. transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e a) a Cia. transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou b) a Cia. não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Cia. tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Cia. com o ativo. *ii) Passivos financeiros não derivativos:* a) *Classificação e mensuração:* Os passivos financeiros da Cia. são fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar e outras obrigações. Estes foram classificados como "Outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Esses passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor de tempo, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial. b) *Desreconhecimento (baixa):* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. c) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida:* Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *d)* Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. *e)* Investimento em controlada: Controladas são todas as entidades nas quais a Cia. tem o poder de determinar as políticas contábeis e operacionais, geralmente com uma participação de mais do que a metade dos direitos a voto. Os investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da investidora no patrimônio líquido das investidas a partir da data de aquisição, reconhecido no resultado do exercício como "participações nos lucros (prejuízos) de controlada e coligada" (equivalência patrimonial). Para efeito do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Bemisa Holding e suas investidas são eliminados na medida da participação da Cia. Perdas não realizadas são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de *impairment* do ativo transferido. Os dividendos recebidos desta participação, quando aplicável, são registrados como uma redução do valor do investimento. *f)* Imobilizado: Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Os itens operacionais têm a depreciação calculada com base na vida útil da mina (método de unidades produzidas), a partir da entrada em operação comercial. Para os equipamentos utilizados em área com operação em mais de um turno é adotado o critério de aceleração conforme coeficientes estabelecidos em lei. *g)* Intangíveis - projetos em pesquisa: Os gastos com pesquisas e desenvolvimento dos projetos de mineração estão associados à expectativa de benefícios futuros e foram reconhecidos ao custo. São realizados mediante viabilização ou venda do projeto ou são baixados como perda no caso de o projeto ser descartado. A Cia. e suas controladas reconhecem a capitalização dos gastos a partir da obtenção de licença de instalação emitida pelo órgão ambiental competente. A amortização para as atividades operacionais será calculada com base na vida útil da mina (método de unidades produzidas), a partir da entrada em operação comercial, quando as expectativas de benefícios econômicos começarem a se realizar. *h)* Intangíveis - Goodwill: O ágio por rentabilidade futura (goodwill) é mensurado em aquisições em atendimento ao CPC 15 - Combinação de negócios através da identificação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos de forma individualizada. A Cia. e suas controladas reconhecem o ágio por rentabilidade futura (goodwill) de acordo com o laudo de Alocação de Preço de Compra (PPA) elaborado por empresa independente. *i)* Intangíveis - Direito de exploração: Direitos minerários referem-se a direitos e obrigações que a Cia. possui total ou parcial, com relação a um título minerário, ou seja, a Cia. possui o direito na exploração da jazida sem a transferência de titularidade da concessão de lavra ou do manifesto de mina. A Cia., nesses casos, não adquire apenas os direitos decorrentes do título, mas também as obrigações a ele inerentes, passando a responder solidariamente ao titular da concessão de lavra ou do manifesto de mina. *j)* Reconhecimento de receita: A receita de venda de minério é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade são transferidos, o que para venda no mercado interno ocorre no momento do carregamento do minério para os clientes ou pela entrega no pátio do cliente ou embarcado no vagão contratado por ele. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita. Para operações de venda no mercado externo, o reconhecimento da receita ocorre após a pesagem final no terminal portuário que originará a exportação, com o consequente faturamento. *k)* Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação dos mesmos. l) Imposto, taxas e tributos: i) *IR e C.S.:* A Cia. adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o IR é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R$ 240 ano. A C.S. sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. As controladas adotam o regime de apuração pelo lucro presumido. ii) *IR e C.S. diferidos:* Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O IR e a C.S. diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de C.S.. Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Cia. apresentar histórico e projeções de lucros tributários. iii) *Impostos sobre vendas:* A seguir as alíquotas aplicadas para as transações de venda aplicadas:

	2022	2021
PIS	**1,65%**	1,65%
COFINS	**7,6%**	7,6%
IRPJ	**25%**	25%
CSLL	**9%**	9%
Total	**43,25%**	43,25%

iv) *Incertezas sobre tratamento de impostos:* Trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza associada tratamentos tributários. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. Em 31/12/22 e 2021 não foram identificados impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em decorrência da adoção desta interpretação. m) Normas emitidas, mas ainda

BEMISA

BEMISA HOLDING S.A.

CNPJ nº 08.720.614/0001-50

a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. Não é esperado que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis das Cia. *Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:* Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. Não é esperado que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis das Cia. **19. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31/12/22 e 2021, o Capital Social da Cia. é de R$ 188.147, dividido em 87.000.000 ações ordinárias (87 ações em 2021), sem valor nominal, sendo a estrutura societária, o número de ações subscritas e os respectivos percentuais de participação no capital social apresentados da seguinte forma:

Acionista	2022	%	2021	%
Opportunity Holding FIP	86.999.999	99,99%	87	100,00%
Douro Participações S.A.	1	0,01%	-	-
Total	87.000.000	100,00%	87	100,00%

Em 08/04/22, a Cia. aprovou em AGE o desdobramento de cada uma das 87 (oitenta e sete) ações ordinárias em 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, sem alteração do capital social, passando o capital social da Cia. a ser dividido em 87.000.000 (oitenta e sete milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 18/04/22, o acionista Opportunitty Holding vendeu 1 (uma) ação ordinária da Cia. para Douro Participações S.A conforme contrato de compra e venda de ações firmado entre as partes. b) Dividendos e JSCP: Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados nos termos da Lei 6.404/79 e deduzido das destinações determinadas em Assembleia. Em 14/03/22, a Cia. aprovou em AGE, a distribuição de dividendos adicionais aos constituídos em 2021 no valor de R$ 100.000, através de reserva de lucros. Em 20/05/22, a Cia. aprovou em AGE, a distribuição de JSCP no valor de R$ 10.407, que serão considerados como antecipação de dividendos mínimos obrigatório, os quais foram pagos em 31/05/22. Em 30/08/22, a Cia. aprovou em AGE, a distribuição de JSCP no valor de R$ 10.649 que serão considerados como antecipação de dividendos mínimos obrigatório, que foram pagos em 12/09/22. Em 13/12/22, a Cia. aprovou em AGE, a distribuição de JSCP no valor de R$ 10.914 que serão considerados como antecipação de dividendos mínimos obrigatório, que foram pagos em 21/12/22. Em 31/12/22, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

Lucro líquido do exercício	170.763
(-) Reserva legal (5% limitado a 20% do capital social)	(8.538)
Lucro líquido ajustado	162.225
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	40.556
Antecipações realizadas em 2022	
(-) JCP distribuídos antecipadamente	(31.970)
Dividendos a pagar	8.586

Durante o exercício de 2022, foram pagos R$ 31.970 de JSCP, conforme mencionado acima, referentes ao exercício de 2022. c) Reserva estatutária: Tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07, em 31/12/22, a Administração destinou integralmente a essa reserva estatutária o saldo remanescente na rubrica lucros acumulados, no valor de R$ 121.669 totalizando o saldo de R$ 258.754. **29. Eventos subsequentes:** Em 13/01/23, a Cia. recebeu o montante de R$ 27.359 referente a liberação da 1ª parcela do financiamento obtido junto a Finep vinculado a implantação do projeto de ouro no Pará denominado Projeto Água Azul. O contrato foi assinado em 13/12/22 e possui o prazo total de 120 meses e com 3 etapas de liberação. Em 25/01/23, a controlada Bemisa Água Azul iniciou a fase final do comissionamento da Planta Hidrometalurgica de Água Azul. O início da operação está programado para março/23. Em 8/02/23, o Supremo Tribunal Federal (STF) fixou entendimento no sentido de que a coisa julgada individual em matéria tributária de trato continuado perde seus efeitos de forma automática a partir do momento em que a Corte, em casos que teriam efeitos vinculantes e eficácia erga omnes (via ADI ou ADC) ou multiplicador (recursos extraordinários julgados em sede de repercussão geral), se pronunciar em sentido diverso. Nesse sentido a Cia. avaliou eventuais impactos que possam decorrer de referido entendimento do STF e identificou que relativamente ao Tema 985, que trata da contribuição previdenciária sobre o 1/3 de férias possui ação sobre a matéria julgada em 2020 pelo STF que não transitou em julgado, a Cia. vem recolhendo normalmente a contribuição e, portanto, nos termos do CPC25 - Passivos Contingentes, não existem contingências a serem quantificadas.

Augusto Cesar Calazans Lopes – Diretor Presidente; João Ricardo Massari Pereira – Diretor Financeiro; Janaína Mendonça G. Pais – Contadora CRCRJ 103190/O-1

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31/12/22 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no site deste jornal. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis emitido em 15/03/2023, sem modificações e contendo paragrafo de ênfase sobre incertezas sobre ativos exploratórios.

V2I ENERGIA

V2i ENERGIA S.A.

CNPJ/MF Nº 34.395.916/0001-00

Relatório da Administração

Aos Acionistas **V2i Energia S.A. -** Rio de Janeiro – RJ **- Prezados Acionistas,** A V2i Energia S.A. ("Companhia" ou "V2i") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022. **1. A companhia:** A V2i Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1 de agosto de 2019 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, 18° andar – Botafogo – Rio de Janeiro-RJ. O objeto social é a participação, como sócio ou acionista, em sociedades de propósito específico no território nacional ("holding") que desenvolvam novos projetos de infraestrutura, nos termos da Lei 11.748 de 29 de maio de 2007, conforme alterada. A V2i conta com oito ativos em operação, sendo quatro transmissoras de energia, três usinas eólicas e um complexo de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). São 455,9 km de Linhas de Transmissão, 18 bays de SE acima de 69 kV e 119,8 MW de potência instalada de geração. Todas as atividades das companhias são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e associadas à Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE) e Associação Brasileira de Geração e Energia Limpa (ABRAGEL). Nossos empreendimentos estão inseridos no Sistema Integrado Nacional (SIN), responsável pela geração e transmissão de energia elétrica de grande porte, operado por empresas de natureza pública e privada e gerenciado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). **2. Governança corporativa:** A V2i constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o meado de 2022, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas. Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2022 também implementou o sistema ERP proporcionando maior automação e dinamismo operacional. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo. **3. Responsabilidade ambiental e social:** A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ambientais e sócios ambientais. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade. A V2i sempre teve no horizonte o respeito e a excelência na gestão de ativos de energia como principais valores. Por isso, entendemos que o nosso papel é realizar, por meio de práticas sustentáveis, o desenvolvimento das comunidades nas quais nossos empreendimentos estão inseridos, preservando a cultura, o meio ambiente e desenvolvendo pessoas, para transformar o futuro dessas comunidades. Compartilhamos a visão de que para transformar o mundo não basta apenas a boa vontade. É preciso unir forças e competências de modo inteligente, para que as mudanças ocorram de forma justa e equilibrada. Tão fundamental quanto o respeito, é a responsabilidade na execução das atividades operacionais, seguindo os mais altos padrões de segurança técnica. No ano de 2022, celebrou-se a inauguração da nossa nova sede. Um ambiente moderno, luminoso e colaborativo no qual a arquitetura do espaço permite que as equipes trabalhem integradas e de forma dinâmica. Nossa equipe cresceu junto com nosso portfólio de ativos, e o desejo de ter um grupo de profissionais extremamente qualificado e de alta performance caminha junto com o objetivo de contar com uma equipe diversa, tanto na sede da V2i Energia, quanto em nossas operações. A V2i estimula em seus colaboradores a liberdade criativa, a troca e a escuta, incentivando-os a participar ativamente das operações, propondo soluções e iniciativas que gerem resultados positivos. A V2i Energia está comprometida com a gestão socioambiental das suas operações. A empresa compreende a relevância de uma gestão baseada em impactos: mitigando e compensando os potenciais impactos negativos e potencializando os impactos positivos. Todos os empreendimentos da V2i Energia estão em fase de operação e têm as licenças ambientais válidas. Visando a melhoria na gestão do atendimento legal e das condicionantes ambientais, a empresa iniciou em 2022 a implantação de um sistema de atendimento legal. A gestão ambiental é realizada in loco por consultorias ambientais sob a coordenação da equipe de meio ambiente da V2i Energia. Os colaboradores de Operação e Manutenção (O&M) também atuam em conjunto a fim de que as boas práticas ambientais sejam incorporadas às atividades diárias. A companhia entende que é necessário um envolvimento frequente e participativo com os stakeholders presentes no território de forma a garantir o engajamento social. Assim, a companhia possui uma agenda periódica de visita aos empreendimentos e às áreas de influência onde são executados os programas socioambientais. **4. Agradecimentos:** Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.
Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora
Vagner Alexandre Serratto - Diretor

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021 (Reapresentado)	Consolidada 31/12/2022	Consolidada 31/12/2021 (Reapresentado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.556	16.679	180.813	81.418
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	6.072	-
Contas a receber de clientes	7	-	-	29.448	14.317
Dividendos a receber	8	17.478	37.295	-	-
Tributos a recuperar	9	3.145	1.481	12.662	5.204
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	-	-	125.051	94.099
Adiantamentos diversos	11	52	-	1.581	11
Despesas antecipadas	12	10.446	62	11.429	749
Depósitos judiciais e cauções	13	-	-	21	-
Outros ativos circulantes		750	-	750	362
Total do Ativo Circulante		**65.427**	**55.517**	**367.827**	**196.160**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	57.172	38.608
Contrato de mútuo - parte relacionada	8	82	-	98	98
Tributos a recuperar	9	-	-	1.857	1.857
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	-	-	1.489.336	999.483
Conta de ressarcimento - CCEE		-	-	-	6.707
Depósitos judiciais e cauções	13	-	-	1.732	256
Direito de uso	14	-	-	17.059	7.096
Investimentos	15	1.121.249	811.791	-	-
Imobilizado	16	1.176	-	666.985	385.741
Intangíveis		131	-	259	-
Ativo fiscal diferido		-	-	205	-
Outros ativos não circulantes		-	-	-	271
Total do Ativo Não Circulante		**1.122.638**	**811.791**	**2.234.703**	**1.440.117**
Total do Ativo		**1.188.065**	**867.308**	**2.602.530**	**1.636.277**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	1.746	82	19.199	14.526
Impostos corrente a pagar	18	242	12	2.362	2.410
Obrigações trabalhistas e sociais	19	481	-	653	-
Encargos setoriais	20	-	-	1.313	412
Contas a pagar	21	-	-	3.714	-
Empréstimos	22	-	-	34.860	25.448
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	-	2.727	264
Debêntures	24	-	-	13.304	5.495
Dividendos a pagar	8	-	27.813	343	42.943
Obrigações por arrendamentos	14	-	-	1.249	534
Conta de ressarcimento - CCEE	25	-	-	-	22.522
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	26	-	-	5.869	-
Provisão contingente	27	-	5	357	-
PIS/COFINS diferido	28	-	-	1.503	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	26	-	-	10.563	-
Outros passivos circulantes		-	-	411	456
Total Passivo Circulante		**2.469**	**27.912**	**98.427**	**115.010**
Não Circulante					
Contas a pagar	21	-	-	10.206	1.998
Empréstimos	22	-	-	795.707	514.411
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	-	-	1.860
Debêntures	24	280.567	116.269	681.616	201.616
Obrigações por arrendamentos	14	-	-	18.463	7.322
Conta de ressarcimento - CCEE	25	-	-	29.083	-
Obrigações pelas aquisições de direitos	29	30.112	40.242	30.112	40.242
Passivo fiscal diferido	28	-	-	14.724	13.225
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	26	29.308	29.428	61.845	69.308
Provisão para desmobilização	30	-	-	4.865	12.491
Provisão contingente	27	-	-	7.036	1.602
Total Passivo Não Circulante		**339.987**	**185.939**	**1.653.657**	**864.075**
Patrimônio Líquido				-	-
Capital social	31	780.935	614.000	780.935	614.000
Capital a integralizar	31	-	(4.000)	-	(4.000)
Reserva legal	31	12.450	7.853	12.450	7.853
Reserva de lucros	31	52.224	35.604	52.224	35.604
Total Patrimônio Líquido		**845.609**	**653.457**	**845.609**	**653.457**
Participação dos acionistas não controladores	31	-	-	4.837	3.735
Total Patrimônio Líquido		**845.609**	**653.457**	**850.446**	**657.192**
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		**1.188.065**	**867.308**	**2.602.530**	**1.636.277**

Demonstrações dos resultados dos exercícios - 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidada 31/12/2022	Consolidada 31/12/2021
Receita operacional líquida	32	-	-	164.766	96.760
Custos dos bens construídos e serviços prestados	33	-	-	(45.365)	(31.862)
Resultado operacional bruto		**-**	**-**	**119.401**	**64.898**
Despesas e receitas operacionais					
Outras despesas e receitas operacionais	34	(9.254)	(2.554)	(17.051)	(6.048)
Valor justo do investimento	15	-	62.694	-	62.694
Apropriação Mais Valia	15	(13.650)	(9.454)	(13.650)	(9.456)
Participação de equivalência patrimonial	15	155.198	56.012	58.596	32.156
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**132.294**	**106.698**	**147.296**	**144.244**
Despesas financeiras	35	(47.329)	(927)	(115.374)	(42.217)
Receitas financeiras	35	6.979	3.491	26.079	9.155
Resultado financeiro líquido		**(40.350)**	**2.564**	**(89.295)**	**(33.062)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**91.944**	**109.262**	**58.001**	**111.182**
Contribuição social	26	-	(23)	(3.097)	(1.832)
Imposto de renda	26	-	(39)	(6.952)	(6.000)
Contribuição social diferida	26	-	(6.330)	9.753	(5.826)
Imposto de renda diferido	26	-	(14.986)	35.685	(16.000)
Resultado líquido do exercício		**91.944**	**87.884**	**93.390**	**81.524**
Lucro atribuído a não controladores		**-**	**-**	**(1.446)**	**5.965**
Lucro líquido do controlador		**-**	**-**	**91.944**	**87.489**

Demonstrações dos resultados abrangentes - 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidada 31/12/2022	Consolidada 31/12/2021
Resultado do exercício	91.944	87.884	93.390	81.524
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Lucros líquido do exercício	**91.944**	**87.884**	**93.390**	**81.524**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 01 janeiro 2021	350.000	(4.000)	26.718	3.459	-	376.177	31.529	407.706
Subscrição de capital	264.000	-	-	-	-	264.000	(59)	263.941
Resultado do exercício	-	-	-	-	87.884	87.884	(395)	87.489
Constituição de reservas	-	-	41.745	4.394	(46.139)	-	(27.340)	(27.340)
Dividendos pagos	-	-	(32.859)	-	(13.932)	(46.791)	-	(46.791)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(27.813)	(27.813)	-	(27.813)
Saldo em 31 dezembro 2021	614.000	(4.000)	35.604	7.853	-	653.457	3.735	657.192
Subscrição de capital	166.935	4.000	-	-	-	170.935	-	170.935
Resultado do exercício	-	-	-	-	91.944	91.944	1.446	93.390
Constituição de reservas	-	-	65.511	4.597	(70.108)	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	(48.891)	-	-	(48.891)	-	(48.891)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(21.836)	(21.836)	(344)	(22.180)
Saldo em 31 dezembro 2022	780.935	-	52.224	12.450	-	845.609	4.837	850.446

Demonstrações dos fluxos de caixa - 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Controlada 31/12/2022	Controlada 31/12/2021	Consolidada 31/12/2022	Consolidada 31/12/2021
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	**91.944**	**109.262**	**58.001**	**111.182**
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:				
Depreciação / Amortização	22	-	27.519	13.815
Juros sobre empréstimos concedidos - partes relacionadas	-	-	(1.328)	-
Juros sobre empréstimos tomados - partes relacionadas	-	-	1.275	-
Juros sobre empréstimos tomados	6.517	633	51.453	38.657
Juros sobre debêntures tomados	32.569	-	73.319	-
Encargos sobre empréstimos	-	-	298	-
Encargos sobre debêntures	2.961	-	3.387	-
Juros - outros	4.868	-	6.937	-
Provisão (reversão) de contingências	(5)	-	(187)	869
Provisão para desmobilização	-	-	578	345
Receita diferida	-	-	(28.276)	(56.141)
Custo diferido	-	-	14.408	-
Tributos diferidos	-	-	2.353	32.899
Apropriação de doação	-	-	(446)	-
Amortização da mais valia/agio	13.650	9.529	13.650	9.529
Equivalência Patrimonial	(155.198)	(58.058)	(51.577)	(32.156)
Rendimento sobre aplicação financeira	-	-	(14.498)	(480)
Ajuste a valor justo	-	(62.694)	-	(62.694)
Ajuste de Exercícios anteriores	-	-	(171)	-
	(2.672)	**(1.328)**	**142.657**	**55.825**
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	4.583	37.588
Estoques de almoxarifado	-	-	155	-
Depósitos judiciais	-	-	(9)	(29)
Adiantamentos	(51)	-	1.082	-
Despesas antecipadas	(742)	(62)	(364)	(258)
Tributos a recuperar	(1.647)	1.002	(5.624)	(1.977)
Ativo fiscal diferido	-	-	(320)	-
Outros ativos	(10.392)	-	(10.491)	5.891
Fornecedores e outras contas a pagar	1.620	82	6.047	5.530
Contas a pagar	-	-	(14.254)	-
Impostos correntes a pagar	333	(175)	1.016	(10.218)
Contas a pagar - parte relacionada	-	-	(1.660)	(13)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	378	5	432	90
Obrigações por arrendamentos	-	-	(2.896)	-
Encargos setoriais	-	-	329	-
Obrigações pelas aquisições de direitos	(15.000)	-	(15.000)	(4.193)
Outros passivos	-	-	(470)	(3.130)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(4.369)	(596)
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades operacionais	**(28.173)**	**(476)**	**100.844**	**84.510**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de investimento	(96.824)	-	-	(27)
Redução de investimento	14.961	-	-	-
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	170.935	264.000	170.935	264.000
Aquisição de controlada	(198.591)	(398.703)	(480.552)	(398.703)
Aquisição de imobilizado	(1.197)	-	(1.273)	(2.666)
Compras de ativos intangíveis	(132)	-	(265)	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	(8.632)	428
Aplicações financeiras e recursos financeiros	69	-	10.887	-
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	-	-	(7.925)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(110.779)**	**(134.703)**	**(316.825)**	**(136.968)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Recursos provenientes de empréstimos	120.000	115.799	555.968	115.799
Pagamento de empréstimos	-	-	(301.825)	(20.126)
Juros pagos de empréstimos	-	-	(52.732)	(51.322)
Recursos provenientes de debêntures	128.768	-	128.768	(398)
Pagamento de debêntures	-	-	(11.176)	-
Juros pagos de debêntures	-	-	(18.936)	-
Ativos financeiros e instrumentos financeiros	-	-	(3.657)	-
Recursos provenientes de empréstimos - partes relacionadas	-	-	14.514	-
Recursos concedidos de empréstimos - partes relacionadas	(220)	-	(14.482)	-
Recebimento de empréstimos - partes relacionadas	138	-	-	-
Dividendos pagos	(98.540)	(69.150)	(98.540)	(77.277)
Dividendos recebidos	5.683	36.649	-	473
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	**155.829**	**83.298**	**197.902**	**(32.851)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**16.877**	**(51.881)**	**(18.079)**	**(85.309)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	16.679	68.560	81.417	166.726
Caixa na aquisição de investimentos	-	-	117.474	-
No final do exercício	33.556	16.679	180.812	81.417
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**16.877**	**(51.881)**	**(18.079)**	**(85.309)**

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto
Diretor de Operações

Responsável técnico pelas demonstrações financeiras
Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se na sede da Companhia.

ABANDONO

Hospitais federais do RJ têm quase 300 leitos fora de uso

VITOR ABDALA/ABRASIL

Balanço divulgado nesta sexta-feira pelo Ministério da Saúde mostra que havia 288 leitos impedidos, ou seja, fora de uso, nos hospitais federais do Rio de Janeiro na primeira semana de abril. De acordo com o diretor do Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio, Alexandre Telles, o ministério está efetuando um trabalho de reabertura desses leitos. Segundo os dados do Ministério da Saúde, em janeiro deste ano, havia 593 leitos impedidos nas unidades federais. Ou seja, em três meses foram reabertos 305 leitos, o que representa uma redução de 51% dos leitos fechados.

"Os principais motivos para fechamento de leitos são recursos humanos, problemas de estrutura e a necessidade de aquisição de mobiliário. A gente já está tendo ações concretas do ministério para a gente resolver (o problema). Prova disso é a redução de leitos impedidos", disse Telles. Segundo ele, não apenas os leitos foram reabertos como estão sendo efetivamente usados por pacientes. O balanço do Ministério da Saúde mostra que o número de leitos ocupados passou de 843 em janeiro para 1.205 em abril.

"Significa, em outras palavras, que nós abrimos um hospital médio no Rio de Janeiro, de janeiro para cá", afirmou o secretário de Atenção Especializada à Saúde do ministério, Helvécio Magalhães Junior.

Em fevereiro, o Ministério da Saúde realizou uma série de vistorias técnicas nos seis hospitais gerais administrados pela União, os hospitais federais do Andaraí, Cardoso Fontes, de Bonsucesso, de Ipanema, da Lagoa e dos Servidores do Estado.

Nessas vistorias foram constatados não só o grande número de leitos fechados, como também o fechamento de 20 salas cirúrgicas, leitos de CTI e setores inteiros (emergência pediátrica e unidade coronariana do Andaraí, unidade coronariana e unidade semi-intensiva da Lagoa e neurocirurgia dos Servidores, para citar alguns).

Também foram encontrados problemas graves de infraestrutura nesses hospitais, já que são edifícios antigos e não mantiveram um padrão aceitável de conservação.

O Ministério da Saúde criou um grupo de trabalho para elaborar um plano de emergência a fim de resolver os problemas identificados nessas vistorias.

Além disso, informou que tem adotado algumas medidas como a elaboração do plano de recomposição de sua força de trabalho, que perdeu 1.600 funcionários de seu quadro permanente nos seis hospitais desde 2018, a interlocução com as autoridades de saúde do estado e município e o monitoramento da fila cirúrgica e da ocupação hospitalar.

ROTISSERIA SÍRIO LIBANEZA LTDA.
CNPJ/MF nº 33.804.121/0001-45 - NIRE 33.2.0095400-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DE SÓCIOS

Ficam convocados os senhores sócios da Rotisseria Sírio Libaneza Ltda. ("Sociedade") a comparecer, em primeira convocação, à Assembleia de Sócios da Sociedade, a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 10h00min, de forma presencial, na sede da Sociedade, localizada no Largo do Machado, nº 29, Catete, CEP 22221-901, Rio de Janeiro/RJ (a reunião terá lugar na sala 403 do referido endereço), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomada das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (ii) deliberação sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico da Sociedade referente ao exercício social encerrado em 31.12.2022; e (iii) aprovação da destinação dos resultados da Sociedade relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2022 ("Assembleia"). A Sociedade esclarece que: (1) os documentos a que se refere o item "(i)" da ordem do dia foram colocados à disposição dos sócios que não exerçam a administração com antecedência de 30 dias da data da Assembleia; (2) outras solicitações de documentos pertinentes à ordem do dia poderão ser formuladas por meio de mensagem eletrônica enviada para nicholas@moreiramenezes.com.br; (3) o sócio que pretender ser representado por procurador deverá apresentar o original da procuração outorgada na forma do art. 1.074, § 1º, do Código Civil e cópia do documento de identidade com foto do procurador que comparecerá à Assembleia. Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023. **CLAUDIA DA ROCHA CONCEIÇÃO e ARLINDO FREITAS DA COSTA** - Administradores.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA FMC LTDA.
C.N.P.J 42.258.376.0001/40 - NIRE: 33400006976
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da FMC Ltda, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca associados, que nesta data são em número de 279 (duzentos e setenta e nove), em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada de forma PRESENCIAL no dia 27 de abril de 2023. A assembleia será realizada na Sala de reunião do GB Armazéns Dutra III, localizada na Rodovia Presidente Dutra, 2550 – Pavuna – Rio de Janeiro/RJ – CEP 21535-900, por absoluta falta de espaço em sua sede social. A Assembleia ocorrerá em primeira convocação às 12:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de associados; em segunda convocação às 13:00 horas, com a presença de metade mais um do número de associados; e persistindo a falta de quórum legal em terceira e última convocação às 14:00 horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Pauta da AGE: 1.** Atualização do Estatuto Social. **Pauta da AGO: 1.** Prestação de contas do Órgão da Administração do exercício de 2022, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) Relatório de gestão; b) Balanços levantados no 1º e 2º semestres do exercício social de 2022; c) Demonstrativo das sobras ou perdas apuradas; **2.** Rateio das Perdas do Exercício; **3.** Eleição dos Membros do Conselho Fiscal; **4.** Planejamento das atividades da cooperativa para o exercício de 2023; **5.** Outros assuntos de interesse social.

Rio de Janeiro (RJ), 14 de abril de 2023.
Cleber Viana Botelho
Presidente

COOPATUR – COOPERATIVA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TÁXI E TURISMO DO RIO DE JANEIRO LTDA.
CNPJ 28.789.584/0001-45 - NIRE 33.4.0000078-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da **COOPATUR**, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os 36 (trinta e seis) cooperados, no gozo de seus direitos sociais, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na sede da Coopatur Rádio Táxi, na Rua Guilherme Frota, 167 – Bonsucesso – RJ, nesta Cidade no dia 25/04/2023 (terça-feira), com 1ª convocação às 11hs com a presença mínima de 2/3 dos cooperados; 2ª chamada ás 12hs com a presença mínima de metade + 1 dos cooperados e em 3ª e última convocação às 13hs com a presença mínima de 10 cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I** – JUSTIFICATIVA DA NÃO REALIZAÇÃO DA AGO; **II** – PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022; **III** – ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; **IV** – ELEIÇÃO DO CONSELHO DE FISCAL; **V** – INCLUSÃO DE AUXILIAR (LIVRE ESCOLHA DENTRO DA NORMA ESTABELECIDA PELA COOPATUR); **VI** – ISENÇÃO DE TAXA EM CASOS DE ACIDENTE, ROUBO E DOENÇA (DENTRO DAS NORMAS ESTABELECIDAS); **VII** – AUTORIZAÇÃO PARA O SOCIO SÓ COMEÇAR A TRABALHAR MEDIANTE TODAS AS DOCUMENTAÇÃO E REGISTOS CORRETOS. **VIII** – AUTORIZAÇÃO PARA QUANTIDADE DE 45 CARROS COMO ATO ADMINISTRATIVO; **IX** – ACABAR COM O QTU DE 6 (SEIS) HORAS NOS TERMINAIS; **X** – ÉTICA: UNIFORMES (PADRONIZAÇÃO) E ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS VIATURAS (PADRÃO REGULAMENTADO PELA COOPATUR); **XI** – REVISÃO DO PRÓ-LABORE DOS DIRETORES (PRESIDENTE E FINANCEIRO); **XII** - REDUÇÃO DO TEMPO DE PERMANÊNCIA NO CARGO ADMINISTRATIVO (PRESIDENTE, FINANCEIRO E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO); **XIII** - EXTINÇÃO DE CHAPA COMO MODELO DE ELEIÇÃO, (CANDIDATURA INDIVIDUAL); **XIV** - QUANTIDADES DE DIRETORES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. **XV** - ASSUNTOS GERAIS;

RIO DE JANEIRO, 15 DE ABRIL DE 2023.
FILIPE ROSA ALVES
DIRETOR PRESIDENTE

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO –LTDA – MAGICREDI
CNPJ 05 040 680-0001/90 - NIRE 33.4.0004154-2.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ESTRAORDINÁRIA (AGE) E ASSMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Diretor Presidente da Cooperativa de Crédito dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro LTDA – **MAGICREDI-RJ,** no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca seus associados que integram o seu quadro, presentemente, em número de 512, em condições de votar, para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária** e **Assembleia Geral Ordinária** a realizar-se na Av. Erasmo Braga, nº 115- Lâmina: 1-Bloco F Sala: 415B - Centro-Rio de Janeiro- CEP 20020-903, no próximo dia **27 de abril de 2023**, em 1ª convocação, às 9:30 horas, com presença de 2/3 do número total dos associados, às 10:30 horas, em 2ª convocação, com a presença de metade mais um dos associados, ou às 11:30 horas em 3ª e última convocação, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** A Assembleia Geral Extraordinária deliberará sobre a seguinte ordem do dia: Reforma do Estatuto Social, consoante determinação do BACEN-Ofício 2250/2023-BCB/Deof/Gabin de 31/01/2023- para adequação aos dispositivos da Lei complementar 130/2009, com as modificações feitas pela Lei complementar 196/2022 e normatizações da Resolução CMN 5.051/2022, sendo elas: a) alteração da composição do Conselho Fiscal para três membros efetivos e um suplente, com a obrigação de renovação de pelo menos 1 (um) membro efetivo a cada eleição; b) as convocações para as Assembleias Gerais serão efetuadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias e divulgadas, em destaque, no sitio eletrônico da cooperativa. Imediatamente após o encerramento da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), daremos inicio à Assembleia Geral Ordinária (AGO) para as deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1**-deliberará sobre a seguinte ordem do dia: **a)** prestação das contas do exercício de 2022, compreendendo relatório de gestão, apuração dos resultados e parecer do Conselho Fiscal; **b)** demonstrativo do resultado do exercício de 2022; **c)** fixação do pró-labore para os Diretores e Conselheiros Fiscais; **d)** eleição do Conselho Fiscal, para o período de um (1) ano, composto por três (03) Conselheiros efetivos e um (01) Conselheiros suplentes; **e)** implementação da Politica de Governança corporativa **f)** outros assuntos de interesse social.

Rio de Janeiro, 14 de abril de **2023.**
DES. ADEMIR PAULO PIMENTEL
DIRETOR PRESIDENTE

BEMISA

PLANALTO PIAUÍ PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A. CNPJ nº 09.303.359/0001-02

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas., as DFs acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Nesse sentido, cumpre-nos destacar as informações relevantes da Cia. e de sua administração durante o ano de 2022: A Cia. foi constituída em dezembro de 2007 e tem por objetivo a pesquisa, prospecção e desenvolvimento de ativos minerais. Durante o exercício de 2022, a Cia. deu continuidade aos trabalhos de pesquisa, prospecção e desenvolvimento do seu projeto de exploração de minério de ferro, conforme os padrões internacionalmente aceitos. As atividades da Cia. a serem realizadas durante o ano de 2023 serão suportadas por aporte de recursos de seus acionistas e/ou de terceiros. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinados por meio das próprias DFs e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. RJ, 15/03/2023. **A ADMINISTRAÇÃO**

Balanço patrimonial 31/12/22 e 2021 (Em MR$)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	601	974
Impostos a recuperar	5	32	7
Despesas antecipadas		1	9
Outros créditos		-	1
Total do ativo circulante		634	991
Não circulante			
Impostos a recuperar	5	46	70
Total do ativo não circulante		46	70
Total do ativo		680	1.061
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	6	157	498
Obrigações trabalhistas		47	40
Obrigações fiscais		5	23
Outras obrigações		6	-
Total do passivo circulante		215	561
Patrimônio líquido	7		
Capital social		107.754	101.254
Prejuízos acumulados		(107.289)	(100.754)
Total do patrimônio líquido		465	500
Total do passivo		680	1.061

Demonstração do resultado

Receitas (despesas) operacionais	Nota	2022	2021
Gerais e administrativas	8	(6.675)	(7.698)
Outras receitas		-	11
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(6.668)	(7.687)
Resultado financeiro		133	32
Despesas financeiras		(13)	(10)
Receitas financeiras		146	42
Prejuízo do exercício		(6.535)	(7.655)

Demonstração do resultado abrangente	2022	2021
Prejuízo do exercício	(6.535)	(7.655)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(6.535)	(7.655)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social		Prejuízos	
	Subscrito	A integralizar	acumulados	Total
Saldos em 31/12/20	95.254	-	(93.099)	2.154
Subscrição de capital	9.000	(9.000)	-	-
Integralização de capital	-	6.000	-	6.000
Prejuízo do exercício	-	-	(7.655)	(7.655)
Saldos em 31/12/21	104.254	(3.000)	(100.754)	500
Subscrição de capital	3.500	(3.500)	-	-
Integralização de capital	-	6.500	-	6.500
Prejuízo do exercício	-	-	(6.535)	(6.535)
Saldos em 31/12/22	107.754	-	(107.289)	465

Demonstração dos fluxos de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Prejuízo do exercício	(6.535)	(7.655)
Ajustes ao prejuízo do exercício:		
Prejuízo do exercício ajustado	(6.535)	(7.655)
Aumento/redução de ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	1	(26)
Despesa antecipada	8	(2)
Outros créditos	-	4
Fornecedores	(341)	445
Obrigações trabalhista a recolher	6	(3)
Obrigações fiscais a recolher	(18)	(3)
Outras obrigações	6	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(6.873)	(7.240)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(4)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(4)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	6.500	6.000
Caixa líquido utilizado das atividades de financiamento	6.500	6.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(373)	(1.244)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	974	2.218
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	601	974
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(373)	(1.244)

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31/12/22 e 2021 (Em MR$)

1. Contexto operacional: A Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A. ("Planalto Piauí" ou "Cia.") foi constituída em dezembro de 2007, e tem sede na Av. Rio Branco, nº 108, Sala 2501 (parte) - RJ. A Cia. tem como objeto social a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, a prestação de serviço de transporte ferroviário de carga, bem como participação em outras sociedades, na condição de acionista ou sócio-quotista. A Cia. possui um projeto de exploração de minério de ferro nos municípios de Curral Novo, Paulistana, Simões e Betânia do Piauí, todos no Estado do Piauí, chamado de Projeto Planalto Piauí ("PLT"). Em 31/12/22, a Cia. possuía 15 direitos minerários sendo 8 Autorização de Pesquisa e 7 Concessões de Lavra, totalizando 20.171,17 hectares. O controle da Cia. é exercido pelo Opportunity Holding Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior que detém 99,99% das ações ordinárias. A Cia. encontra-se em fase pré-operacional e dará continuidade aos trabalhos de pesquisa como parte de seu plano de prospecção e desenvolvimento de seu projeto, conforme os padrões internacionalmente aceitos. Até que a Cia. gere recursos suficientes para honrar seus compromissos, a continuidade das atividades operacionais da Cia. depende do suporte financeiro por parte dos acionistas o qual detém capacidade financeira suficiente e intenção de subsidiar os projetos e/ou recursos de terceiros. **1.1. Estudo viabilidade Estrada de Ferro do Sertão:** Em 09/12/21 a Planalto Piauí, assinou o Contrato de Adesão nº 7/SNTT/MINFRA/21, com a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, tendo ainda a interveniência da Agência Nacional de Transportes Terrestre, a fim de avaliar a possibilidade de desenvolver estudos para implantação de uma nova ferrovia que ligará o Município de Curral Novo do Piauí, no estado do Piauí, ao Complexo Portuário de Suape no estado de Pernambuco. Em 31/12/22, a Cia. não possui obrigações as quais devem ser registradas em suas demonstrações contábeis. Ainda durante o ano de 2021 e 2022, a Cia. realizou a atualização dos estudos de engenharia do projeto, além de nova campanha de sondagens e contratação de serviços técnicos independentes para reavaliação de recursos e reservas. **1.2. SAUPE–Complexo Industrial Portuario:** Em 26/09/22, a Cia. assinou um contrato para arrendar uma área fora da poligonal do porto organizado de Suape. O contrato de arrendamento da área de 57,8 hectares é valido por 30 anos e foi assinado com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros–Porto de Suape. Em 31/12/22, a Cia. não possui obrigações as quais devem ser registradas em suas demonstrações contábeis. O contrato de arrendamento prevê o prazo de 3 anos para a Cia. realize e analise os estudos de viabilidade econômica e socioambiental da área para definição de implantação do terminal. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros, mensurados a valor justo através do resultado. A Administração avaliou a capacidade da Cia. em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui capacidade para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis da Cia. foram preparadas e estão sendo apresentadas com base no pressuposto de continuidade. **2.2. Declaração de relevância:** Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Cia., conforme Orientação Técnica OPC07. Em 15/03/23, a Administração da Cia. autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/22. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. A Administração da Cia. se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** a) Instrumentos financeiros: i) *Ativos financeiros não derivativos:* A Cia. reconhece os depósitos bancários inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Cia. se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Cia. desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Cia. classifica os ativos financeiros não derivativos nas categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Cia. possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e de aplicação financeira com liquidez imediata, conforme Nota Explicativa nº 4. ii) *Passivos financeiros não derivativos:* A Cia. reconhece e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cia. se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cia. baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Cia. classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Cia. tem passivo financeiro não derivativo: fornecedores. b) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cia. tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. c) IR e C.S.: c.1) *Impostos sobre lucro:* A Cia. adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o IR é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R$240 ano. A C.S. sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Cia. não apurou lucro tributável nos exercícios de 2022 e 2021. Em 31/12/22 a Cia. possui R$ 24.681 e R$ 26.706 de prejuízo fiscal e base negativa, respectivamente, não registrados nos livros contábeis em função de ausência de expectativa de lucro tributável. c.2) *Incertezas sobre tratamento de impostos:* A interpretação ICPC 22 trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. Na avaliação da Cia., não foram identificados impactos nas demonstrações contábeis em decorrência da adoção desta interpretação. d) Arrendamento–CPC 06 (R2): A Cia. reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados pela taxa de juros incremental, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao financiar, por prazo semelhante e com garantia semelhante, para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso no mesmo ambiente econômico. e) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Cia., estão descritas a seguir. A Cia. pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor. *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:* O IASB emitiu alterações nos §§69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: "o que significa um direito de postergar a liquidação; que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação e que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação." A Adoção da norma não causará impactos nas demonstrações contábeis da Cia. *Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Não é esperado que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações -contábeis das Cia. *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. Não é esperado que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis das Cia. *Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:* Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. Não é esperado que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis das Cia. **7. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31/12/22, o capital social subscrito da Cia. é de R$107.754 (R$104.254 em 2021), dividido em 24.613.187 ações ordinárias (7.498.272 ações em 2021), todas nominativas e sem valor nominal. Em 01/06/22, foi aprovado um aumento de capital no montante de R$3.500 mediante a emissão de 17.114.915 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. O aumento foi totalmente integralizado no ano de 2022. **11. Eventos subsequentes:** Em decisão tomada no dia 8/02/23, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Cia. não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações contábeis.

Augusto Cesar Calazans Lopes – Diretor Presidente; João Ricardo Massari Pereira – Diretor Financeiro; Janaína Mendonça G. Pais – Contadora CRCRJ 103190/O-1

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31/12/22 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no site deste jornal. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis emitido em 15/03/23, sem modificações.

SONDA MOBILITY LTDA. | CNPJ 04.691.852/0001-23

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

AVISOS: 1) As demonstrações financeiras apresentadas são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável; 2) A integra das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e notas explicativas encontram-se à disposição na sede da Sociedade e no seguinte endereço eletrônico: https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais/.

Balanços patrimoniais

ATIVO	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.376	1.185
Contas a receber de clientes	6	9.462	7.340
Estoques		-	79
Tributos a recuperar	8	3.675	3.025
Despesas antecipadas		66	30
Outros ativos	9	68	3.200
Total do ativo circulante		**21.647**	**14.859**
Contas a receber de clientes	6	38.046	14.165
Tributos diferidos	10	-	2.098
Outras contas a receber com partes relacionadas	7	906	266
Depósitos judiciais		12	20
Despesas antecipadas		175	-
Total do realizável a longo prazo		**39.139**	**16.549**
Intangível	12	7.001	5.785
Imobilizado	11	1.483	2.216
Direito de uso		36	45
Total do ativo não circulante		**47.659**	**24.595**
Total do ativo		**69.306**	**39.454**
PASSIVO			
Fornecedores e contas a pagar	13	2.095	1.780
Arrendamento mercantil - Locação	14	10	11
Empréstimos e financiamentos	15	9.705	7.100
Obrigações sociais e trabalhistas	16	1.948	865
Obrigações tributárias	17	343	645
Parcelamento tributário	18	116	423
Outros passivos		51	7
Total do passivo circulante		**14.268**	**10.831**
Arrendamento mercantil - Locação	14	24	34
Empréstimos e financiamentos	15	11.175	8.700
Outras contas a pagar com partes relacionadas	7	21.395	3.195
Parcelamento tributário	18	89	175
Tributos diferidos	10	5.126	-
Provisões para riscos	19	1	11
Total do passivo não circulante		**37.810**	**12.115**
Patrimônio líquido			
Capital social	20	38.788	26.688
Outras reservas		296	296
Prejuízo acumulado		(21.856)	(10.476)
Total do patrimônio líquido		**17.228**	**16.508**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**69.306**	**39.454**

Demonstração dos resultados

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida		42.770	28.404
Custos das mercadorias e serviços prestados		(36.427)	(21.814)
Lucro bruto		**6.343**	**6.590**
Comerciais		(3.686)	(4.888)
Administrativas		(3.080)	(3.625)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquido		13	(270)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(410)**	**(2.193)**
Receitas financeiras		418	211
Despesas financeiras		(4.164)	(2.293)
Financeiras líquidas		**(3.746)**	**(2.082)**
Resultado antes dos impostos		**(4.156)**	**(4.275)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(7.224)	-
Prejuízo do exercício		**(11.380)**	**(4.275)**

Demonstração dos resultados abrangentes

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(11.380)	(4.275)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(11.380)**	**(4.275)**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Outras reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31/12/20		**7.548**	**296**	**(6.013)**	**1.831**
Outras movimentações		-	-	(188)	(188)
Aumento de capital	20	19.140	-	-	19.140
Prejuízo do exercício		-	-	(4.275)	(4.275)
Saldos em 31/12/21		**26.688**	**296**	**(10.476)**	**16.508**
Aumento de capital	20	12.100	-	-	12.100
Prejuízo do exercício		-	-	(11.380)	(11.380)
Saldos em 31/12/22		**38.788**	**296**	**(21.856)**	**17.228**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
Prejuízo do exercício		**(11.380)**	**(4.275)**
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		5.100	2.235
Provisão para perdas de crédito esperadas		156	2.573
Perdas de crédito		1.552	-
Provisão (reversão) para processos e acordos judiciais		14	(13)
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos e arrendamentos	15	1.969	400
Perdas com depósitos judiciais		20	-
Gastos com reestruturação		112	-
Custo residual de ativos imobilizados baixados		17.114	9.985
Movimentação líquida do direito de uso		-	(49)
Imposto de renda e contribuição social	10	7.224	-
Variações nos ativos e nos passivos			
(Aumento) ou diminuição dos ativos			
Contas a receber		(27.711)	(16.281)
Estoques		79	(48)
Tributos a recuperar		(650)	(1.212)
Despesas antecipadas		(211)	(43)
Outros ativos		3.132	(2.936)
Outras contas a receber com partes relacionadas		(640)	(266)
Depósitos judiciais		(12)	10
Aumento ou (diminuição) dos passivos			
Fornecedores e contas a pagar		(8.806)	(160)
Obrigações sociais e trabalhistas		971	(19)
Obrigações tributárias		(301)	(271)
Parcelamento tributário		(393)	(23)
Outros passivos		43	3
Provisões para riscos		(24)	(35)
Outras contas a pagar com partes relacionadas		1.876	1.326
Caixa utilizado nas atividades operacionais		**(10.766)**	**(9.099)**
Juros pagos de empréstimos e arrendamentos		(1.927)	(230)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(12.693)**	**(9.329)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(1.134)	(14.075)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(1.134)**	**(14.075)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Recebimento de empréstimos a empresas ligadas		24.734	17.128
Pagamentos de empréstimos a empresas ligadas		(8.410)	(8.602)
Pagamento de arrendamento		(9)	(89)
Aporte de capital	20	12.100	-
Captação de empréstimos e financiamentos		-	16.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	(7.397)	(400)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**21.018**	**24.037**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**7.191**	**633**
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro		1.185	552
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		8.376	1.185
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**7.191**	**633**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Sonda Mobility Ltda. ("Sonda Mobility" ou "Empresa"), com sede na Rua Victor Civita, 77, Barra da Tijuca, Município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, está organizada sob a forma de sociedade empresária no tipo de sociedade limitada, com prazo de duração indeterminado, tendo por objeto social a exploração de atividades de desenvolvimento, distribuição, licenciamento ou cessão de uso de programas de computador; treinamento, integração de sistemas, suporte e serviços em software e hardware em geral; consultoria e soluções empresariais para monitoramento, gerenciamento remoto e telemetria; compra, venda, locação, instalação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos, peças, acessórios e afins; além de participações no capital social de outras empresas. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados por seu valor justo, quando aplicável. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 8 de março de 2023. **2.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"). **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** São compreendidos pelos recursos financeiros mantidos em caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão avaliadas pelo valor justo na data do balanço e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e Financiamentos", no passivo circulante. **b) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa (nota explicativa nº 8). Se o prazo de recebimento é equivalente a 1 ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros reduzida pelas estimativas de perdas esperadas, a título de perdas de crédito esperadas (PCE). **c) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **d) Intangível: Software e licenças:** Os softwares adquiridos de terceiros são mensurados pelo valor pago na aquisição e amortizados pelo método linear. Os softwares que são gerados internamente estão mensurados ao custo de desenvolvimento e, posteriormente, são deduzidos das amortizações, as quais são reconhecidas na demonstração do resultado. Os softwares gerados internamente estão mensurados ao custo de desenvolvimento. Posteriormente, são deduzidos das amortizações, as quais são reconhecidas em despesas à medida em que são incorridas. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Empresa e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos no ativo intangível. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. **Marcas e patentes:** Marcas e patentes que possuem vida útil finita estão contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida útil esperada do bem. **Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** A Empresa analisa a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Empresa estima o valor recuperável do ativo, o qual é o maior valor entre: i. seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e ii. seu valor de uso, equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos tributos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Empresa reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (*impairment* ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do período. Caso o valor recuperável de um ativo não seja determinado individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido das depreciações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessária. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente depreciado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente, quando aplicável. A Empresa revisa anualmente a vida útil dos itens do imobilizado. Os terrenos não são depreciados. **f) Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros da Empresa são contabilizados a valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos classificados como instrumento de hedge efetivo, conforme o caso. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo diretamente relacionado à transação. Mensuração subsequente: A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser efetuada da seguinte forma: Passivo financeiro a valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros geralmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. Os juros, a variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa. Desreconhecimento (baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Compensação de instrumentos financeiros, apresentação líquida: Não é permitida a apresentação líquida entre ativos e passivos financeiros no balanço patrimonial, exceto se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **g) Fornecedores e contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, são classificadas no passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **h) Provisões para riscos:** As provisões para causas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributos indiretos) são reconhecidas conforme a seguir. i. a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii. é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii. o valor tiver sido estimado com segurança. **i) Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados no curso normal das atividades da Empresa. Possui origem em acordos comerciais de prestação de serviços de tecnologia e informática e, assim como no desenvolvimento de software, a entrega tem previsão em contrato. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **j) Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas, que incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Empresa; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios, além do ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios, e a maneira como esses riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados, por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras; e • não são consideradas vendas as transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado se for classificado como mantido para negociação, como um derivativo, ou seja, designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos financeiros: A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos, ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, além de não reter o controle sobre esse ativo. Passivos financeiros: A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. Além disso, a Empresa desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa desse passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que novo passivo financeiro, com base nos termos modificados, é reconhecido a valor justo. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tiver atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Capital social:** As quotas da Empresa são classificadas como patrimônio líquido. **k) Redução ao valor recuperável (*impairment*): (i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e • ativos de contrato. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 (doze) meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente. **4. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas:** Na aplicação das políticas contábeis, a administração da Empresa e sua controlada realiza julgamento e elabora as estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, significativamente, dessas estimativas. A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas. **a) Perdas de crédito esperadas ("PCE"):** As perdas de crédito esperadas são constituídas para levar contas a receber de clientes a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada. **b) Provisões para riscos:** A Empresa é parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentadas na opinião de seus assessores jurídicos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **c) Vida útil remanescente do ativo imobilizado:** O uso e o consequente desgaste do ativo imobilizado são estimados com base nas características, na localização, na utilização e em outros fatores de um grupo de ativos. Essas circunstâncias podem alterar a vida útil e, quando isso ocorre, a administração revisa e altera a taxa de depreciação dos ativos. **d) Apuração e realização dos impostos diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias, os prejuízos fiscais de imposto de renda e as bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	2022	2021
Caixa	22	-
Bancos conta movimento	8.092	163
Aplicação financeira	262	1.022
	8.376	**1.185**

6. Contas a receber:

	2022	2021
Faturas a receber	10.578	11.136
Contratos de leasing	43.948	17.231
Perdas de crédito esperadas	(7.018)	(6.862)
	47.508	**21.505**
Circulante	9.462	7.340
Não circulante	38.046	14.165

As movimentações da provisão para perdas de crédito esperadas estão apresentadas abaixo:

Movimentação da provisão (PCE-IFRS9)	2022	2021
No início do exercício	**(6.862)**	**(4.289)**
Adições (constituição)	(2.086)	(3.006)
Baixas (reversões)	1.930	433
No final do exercício	**(7.018)**	**(6.862)**

7. Outras contas a pagar com partes relacionadas:

	País	Moeda	2022 Ativo	2022 Passivo	2022 Resultado	2021 Ativo	2021 Passivo	2021 Resultado
Sonda Infovia	Brasil	Real	5	5	-	-	-	-
Sonda Mobility	Brasil	Real	-	-	1.517	-	-	-
Sonda Uruguay	Uruguai	Pesos	-	8	-	-	-	-
Sonda S.A.	Chile	Pesos	499	-	-	-	-	-
Sonda do Brasil Ltda.	Brasil	Real	-	21.360	-	-	835	(944)
Ativas Data Center.	Brasil	Real	-	-	(2.659)	-	-	-
Pars Produtos de Processamento de Dados Ltda.	Brasil	Real	-	-	52	-	2.348	(109)
CTIS Tecnologia Ltda.	Brasil	Real	-	-	12.432	-	7	(255)
Sonda Cidades (Antiga Telsinc Prest Serv)	Brasil	Real	367	-	249	-	-	-
Telsinc Com. e Equip. de Inf. Ltda.	Brasil	Real	15	20	(499)	18	5	18
Sonda Procwork	Brasil	Real	20	2	20.756	248	-	328
Total			**906**	**21.395**	**31.848**	**266**	**3.195**	**(962)**

As operações com partes relacionadas são oriundas de empréstimos e praticadas em condições normais de mercado. **Remuneração da administração:** Em 2022, houve remuneração e benefício da diretoria executiva em R$ 667 (R$ 723 em 2021).

8. Tributos a recuperar:

	2022	2021
PIS e COFINS	1.486	153
Imposto de renda	1.151	1.228
Contribuição social	795	832
IRRF	243	398
ICMS	-	298
INSS	-	37
Outros impostos	-	79
	3.675	**3.025**

9. Outros ativos:

	2022	2021
Adiantamentos a empregados	57	-
Antecipação de benefícios a empregados	11	97
Adiant. créditos fornecedores	-	3.095
Outros ativos	-	8
	68	**3.200**

10. Tributos diferidos: Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias. Esses créditos são mantidos no ativo e no passivo não circulante. Os valores estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Prejuízo fiscal	31.177	7.231
Diferenças temporárias	70.305	6.092
Base constituição de imposto diferido	101.482	13.323
Imposto diferido total - 34%	34.504	4.530
Imposto diferido ativo contabilizado	**23.904**	**2.105**
	2022	**2021**
Devedores PC Utility	(19.642)	-
Outras	(9.388)	(7)
Imposto diferido passivo	**(29.030)**	**(7)**
Imposto diferido, líquido	**(5.126)**	**2.098**
Movimentação	**2022**	**2021**
Saldo inicial	**2.098**	**2.098**
Base de cálculo das movimentações		
Impostos diferidos relativos a depreciações	17.204	-
Impostos diferidos relativos a amortizações	2.035	-
Impostos diferidos relativos a provisões	18.435	-
Impostos diferidos relativos a intangíveis	(8.803)	-
Impostos diferidos relativos a outros eventos	(50.018)	3.505
Impostos diferidos relativos a prejuízo fiscal	(101)	(3.505)
Total base de cálculo	**(21.248)**	-
IR/CS diferido 34%	**(7.224)**	-
Saldos finais	**(5.126)**	**2.098**

A Empresa elabora anualmente estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados, de acordo com as expectativas da administração, considerando a continuidade da Empresa e sua controlada, e reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível. Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuros, a administração estima realizar o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, consolidados conforme abaixo:

Ano	Valor - R$
2023	23.904
	23.904

11. Imobilizado:

Custo contábil	Veículos	Máquinas e equipamentos	Informática e Hardware	Outros	Total
Saldo em 1/1/21	**72**	**378**	**15.815**	**235**	**16.500**
Adições	-	10.222	1.051	10	11.283
Transferências	-	(357)	(76)	-	(433)
Baixas	-	(9.347)	(661)	-	(10.008)
Saldo em 31/12/21	**72**	**896**	**16.129**	**245**	**17.342**
Adições	-	1.434	17.959	-	19.393
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	-	(1.786)	(27.589)	-	(29.375)
Saldo em 31/12/22	**72**	**544**	**6.499**	**245**	**7.360**
Depreciação acumulada					
Saldo em 1/1/21	**(72)**	**(293)**	**(14.349)**	**(191)**	**(14.905)**
Depreciação do exercício	-	(173)	(519)	(16)	(708)
Transferências	-	-	464	-	464
Baixas	-	5	18	-	23
Saldo em 31/12/21	**(72)**	**(461)**	**(14.386)**	**(207)**	**(15.126)**
Depreciação do exercício	-	(822)	(665)	(10)	(1.497)
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	-	991	9.755	-	10.746
Saldo em 31/12/22	**(72)**	**(292)**	**(5.296)**	**(217)**	**(5.877)**
Valor contábil líquido					
Em 31/12/21	-	435	1.743	38	2.216
Em 31/12/22	-	252	1.203	28	1.483

12. Intangível:

a. Custo contábil	Produtos próprios	Softwares adquiridos	Licença software	Marcas e patentes	Outros	Total
Saldo em 1/1/21	**2.545**	**-**	**866**	**5**	**4.857**	**8.273**
Adições	2.973	-	512	-	-	3.485
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/21	**5.518**	**-**	**1.378**	**5**	**4.857**	**11.758**
Adições	3.295	-	-	-	-	3.295
Transferências	-	6.235	(1.378)	-	(4.857)	-
Baixas	(16)	(334)	-	-	-	(350)
Saldo em 31/12/22	**8.797**	**5.901**	**-**	**5**	**-**	**14.703**
b. Amortização acumulada						
Saldo em 1/1/21	**(145)**	**-**	**(659)**	**-**	**(3.779)**	**(4.583)**
Amortização do exercício	(586)	-	(72)	-	(732)	(1.390)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/21	**(731)**	**-**	**(731)**	**-**	**(4.511)**	**(5.973)**
Amortização do exercício	(3.111)	(483)	-	-	-	(3.594)
Transferência	-	(5.244)	731	-	4.513	-
Baixas	1.789	78	-	-	(2)	1.865
Saldo em 31/12/22	**(2.053)**	**(5.649)**	**-**	**-**	**-**	**(7.702)**
Valor contábil líquido						
Em 31/12/21	4.787	-	647	5	346	5.785
Em 31/12/22	6.744	252	-	5	-	7.001

13. Fornecedores e contas a pagar: Referem-se a fornecedores nacionais de serviços, materiais e reembolso de despesas.

	2022	2021
Serviços	2.095	1.780
	2.095	**1.780**

14. Direito de uso e arrendamento mercantil: A movimentação do direito de uso durante o exercício foi a seguinte: **Movimentação do direito de uso:**

Custo contábil	Valor
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**232**
Adições	57
Transferências	433
Baixas	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**684**
Adições	-
Transferências	502
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.186**
Depreciação acumulada	
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**(68)**
Depreciação do exercício	(137)
Transferências	(464)
Baixas	30
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(639)**
Depreciação do exercício	(9)
Transferências	(502)
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(1.150)**
Valor contábil líquido	
Em 31 de dezembro de 2021	45
Em 31 de dezembro de 2022	36

Movimentação do passivo de arrendamento:	2022	2021
Arrendamento mercantil - Locação	34	45
	34	**45**
Passivo circulante	10	11
Passivo não circulante	24	34
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**45**
Novos contratos		-
Pagamentos - Principal		(9)
Pagamentos - Juros		(2)
Juros provisionados		-
Baixa de contratos		-
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2022		**34**

15. Empréstimos e financiamentos:

Tipo	Moeda	Indexador	Taxa média de juros a.a. (%)	2022	2021
Capital de giro	R$	CDI	De 2,63% a 6,34% mais CDI	8.759	15.800
Arrendamento mercantil	R$	Taxa fixa	Média ponderada juros pré-fixados de 14% a 17,30% a.a.	12.121	-
				20.880	**15.800**
Circulante				9.705	7.100
Não Circulante				11.175	8.700

Vencimentos	2022	2021
Acima de 1 a 2 anos	4.406	7.100
De 2 a 3 anos	2.424	600
De 3 a 4 anos	4.345	600
Acima de 4 anos	-	400
	11.175	**8.700**

Movimentação	Capital de giro	Arrendamento mercantil	Total
Saldo inicial	**15.800**	-	**15.800**
Captação	-	12.433	12.433
Variação	-	-	-
Provisão de juros (resultado)	1.969	-	1.969
Amortizações	(7.100)	(297)	(7.397)
Juros pagos	(1.910)	(15)	(1.925)
Saldo final	**8.759**	**12.121**	**20.880**

Obrigações contratuais: A Empresa não possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos nesses contratos (*covenants*).

16. Obrigações sociais e trabalhistas:	2022	2021
Provisão de férias e encargos	801	443
INSS sobre salários	112	151
IRRF sobre salários	147	-
FGTS	64	139
Bônus	398	-
Outras obrigações	426	132
	1.948	**865**

17. Obrigações tributárias:	2022	2021
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	171	236
PIS/COFINS	49	107
Imposto sobre Circularização da Mercadoria e Serviços	29	83
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	124
Outros impostos	94	95
	343	**645**

18. Parcelamento de tributos:

	Parcelas	Índice	2022	2021
INSS	60	SELIC	137	202
ISS	84	INCP + 1% ao mês	-	175
PRT CPRB	60	SELIC	62	87
IR	60	SELIC	-	37
PRT	84	SELIC	-	24
ICMS DIFAL	60	INCP + 1% ao mês	-	62
CIDE s/ importação	48	SELIC	3	5
COFINS s/ importação	43	SELIC	3	6
			205	**598**
Circulante			116	423
Não circulante			89	175

19. Provisões para riscos:	2022	2021
Trabalhistas	-	-
Fiscais	-	10
Cíveis	1	1
	1	**11**

A administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, classificadas como risco de perda provável. **19.1. Processos possíveis:** A Empresa possui processos relativos a questões trabalhistas, fiscais e cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. A seguir, divulgamos os montantes envolvidos nesses processos:

	2022	2021
Trabalhistas	254	-
Cíveis	99	2
Fiscais	87	78
	440	**80**

20. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Empresa era composto por 3.878.774.912 quotas (2.668.774.912 em 2021) no valor unitário de R$ 0,01, totalizando R$ 38.788 (R$ 26.688 em 2021).

	Participação	Quotas subscritas	Valor - R$
Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda. (Antiga Telsinc Prest Serv)	50,65%	1.964.774.912	19.648
Sonda do Brasil Ltda.	49,35%	1.914.000.000	19.140
	100%	**3.878.774.912**	**38.788**

Em 20 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital da Empresa em R$ 19.140, conforme 2ª alteração do Contrato Social pela Sonda do Brasil S.A., que passou a ser controladora da Empresa com 71,27% do capital social, totalizando-se, completamente subscrito e integralizado, em R$ 26.668. Em 26 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital, conforme 5ª alteração do Contrato Social, no valor de R$ 12.100, que foi integralizado pela Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda. (antiga Telsinc Prestação de Serviços de Informática e Comunicação de Dados Ltda.), passando a deter 50,65% da Empresa. Porém, conforme a 5ª alteração do Contrato Social, no seu item 3.1, ficou acordado que a Sonda do Brasil Ltda. continuará determinando substancialmente os processos de elaboração de políticas e das principais diretrizes de administração da Empresa, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições, permanecendo como a Controladora da Empresa. A íntegra das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e notas explicativas encontram-se à disposição na sede da Sociedade.

Diretoria

Ricardo Scheffer de Figueiredo - CEO Grupo SONDA Brasil
Jorge David Ramirez Scott - CFO
Frederico Gustavo de Assis Silva - Contador - CRC/MG 088418/O-3 T-DF

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos. Srs. Diretores e Quotistas da **Sonda Mobility Ltda. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sonda Mobility Ltda. ("Sonda Mobility" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sonda Mobility em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, conforme os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, cessar suas operações, ou não tenha qualquer alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria efetuada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações efetuadas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se estas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de março de 2023
PP&C Auditores Independentes - CRC2SP16.839/O-0
Paulo José de Carvalho - CRC1SP145.095/O-8 - Contador
Giacomo Walter Luiz de Paula - CRC1SP243.045/O-0 - Contador

Tangara Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131

Ata da Assembleia Geral Extraordinaria realizada em 30 de dezembro de 2022

1. Data, Local e Hora: No dia 30/12/2022, na sede social da Tangará Energia S.A. ("Companhia"), na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, 2º andar, sala 06, Worldwide Offices, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 14:00 horas. **2. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e a Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes, Secretária. **3. Ordem do Dia:** (i) retificar o valor a redução de capital destinado a absorção de prejuízos aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/03/2022; (ii) outros assuntos de interesse social. **4. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: **4.1.** Retificar o valor da redução de capital destinado à absorção de prejuízos, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/03/2022 ("AGE 18/03/2022"), e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00005041301 em 11/10/2022, pois, por um equívoco, constou o valor de R$ 172.932.151,17 quando na realidade o valor é de R$ 172.340.094,45. **4.1.1.** Por conta da retificação prevista no item 4.1., o valor total da redução de capital aprovado na AGE 18/03/2022 também deverá ser retificado de R$ 272.000.000,00 para R$ 271.407.943,28. **4.1.2.** Diante da deliberação acima, alterar as deliberações 5.1., 5.1.1. e 5.1.3., bem como o artigo 5º do estatuto social da AGE 18/03/2022, que devem ser lidos conforme segue: ***Deliberações***: "***5.1.*** *Aprovar a redução de capital social em R$ 271.407.943,28 da Companhia, passando o capital social, portanto, de R$ 1.277.648.978,18 para R$ 1.006.241.034,90.* ***5.1.1.*** *Consignar que do valor total de redução de capital: (i) R$ 172.340.094,45, serão destinados para absorção dos prejuízos, no montante supracitado, registrados no balanço da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021; (ii) R$ 99.067.848,83 serão destinados ao pagamento dos acionistas, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia." (...)* ***5.1.3.*** *Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o caput do artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social é R$ 1.006.241.034,90, totalmente subscrito e integralizado, representado por 121.972.407.819 ações, sendo 121.972.407.818 ações ordinárias e 1 de ação preferencial classe."* ***Anexo I – Estatuto Social Consolidado.*** *(...) "Artigo 5º. O capital social é R$ 1.006.241.034,90, totalmente subscrito e integralizado, representado por 121.972.407.819 ações, sendo 121.972.407.818 ações ordinárias e 1 de ação preferencial classe."* **4.1.3.** Ratificar todas as demais deliberações da AGE 18/03/2022 não expressamente retificadas no presente ato, que permanecem inalteradas. **4.2.** Em razão das deliberações ora aprovadas, consolidar a redação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I. **4.3.** Aprovar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário. **5. Encerramento e lavratura:** O Sr. Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos integrantes da mesa que a presidiram. **6. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa e Isis Paula Cerinotti Malhaes – Secretaria Designada. Acionistas: Santo Ivo Energética S.A. (neste ato representada por seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira), Investimentos Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (neste ato representado por sua administradora, Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.). *Certifica-se que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro de registro de atas das Assembleias Gerais da Companhia.* Rio de Janeiro, 30/12/2022. **Isis Paula Cerinotti Malhaes** – Secretária. **Anexo I. Estatuto Social Consolidado. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A **Tangará Energia S.A.** é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028 (Referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), podendo manter, abrir e fechar filiais em qualquer localidade do país ou do exterior por deliberação da Diretoria. **Parágrafo único.** A Companhia tem filial no município de Pontes e Lacerda, Estado do Mato Grosso, na Estrada da Casa de Força, s/n, UHE Guaporé, CEP 78.250-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.573.381/0002-77, e NIRE nº 5199900194, denominada **UHE Guaporé. Artigo 3º.** A Sociedade tem por objeto a geração e a comercialização, inclusive na modalidade varejista, de energia de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos; promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Sociedade poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética, com prévia deliberação dos acionistas. **Artigo 4º.** A Sociedade terá prazo de duração indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º.** O capital social é R$ 1.006.241.034,90, totalmente subscrito e integralizado, representado por 121.972.407.819 ações, sendo 121.972.407.818 ações ordinárias e 1 de ação preferencial classe. **Parágrafo Único.** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Sociedade. **Artigo 6º.** As ações preferenciais nominativa classe "R", inconversíveis em ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão das seguintes vantagens: **(i)** recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no capital social; e **(ii)** prioridade, em caso de liquidação da sociedade, no recebimento do capital e no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar. **§ 1º.** O não pagamento dos dividendos previstos supra, por três exercícios consecutivos, conferirá às ações preferenciais o direito de voto, que persistirá até a Assembleia Geral que determinar a distribuição de dividendos. A aquisição do direito de voto não implicará a perda para essas ações de sua qualidade de preferenciais. **§ 2º.** O disposto no parágrafo 1º supra, vigorará a partir do término da implantação do empreendimento inicial da companhia, ou seja, a partir da entrada da UHE Guaporé em operação comercial em sua potência plena. **Artigo 7º.** Sem prejuízo dos direitos assegurados no Artigo 6º supra, as ações preferenciais classe "R" poderão ser objeto de resgate pela sociedade, nas condições previstas neste artigo: **§ 1º.** O resgate das ações preferenciais classe "R" será realizado por deliberação dos acionistas, nas condições previstas neste artigo, sendo condicionado à integralização total de tais ações e se dará tendo como referência a data do início da operação comercial da Usina, caracterizada pela operação comercial da última unidade geradora, acordada, para os efeitos do resgate, em 31/03/2003. **§ 2º.** Observado o disposto no parágrafo 1º, supra, o resgate das ações preferenciais classe "R": a) será iniciado a partir do 2º ano da data de início da operação comercial, acordada, para os efeitos de resgate, em 31/03/2003, devendo estar concluído em até 08 anos; b) a cada trimestre, a partir do 2º ano da data de início da operação comercial da Usina, em quantidade mínima correspondente a 1/32 do total destas ações. **§ 3º.** Sem prejuízo do resgate regulado nos parágrafos 1º e 2º supra, será facultado à sociedade realizar o resgate de parte ou da totalidade das ações preferenciais classe "R", a qualquer tempo. **§ 4º.** Caso a sociedade resgate, anualmente, ações preferenciais classe "R" em percentual superior ao previsto nos resgates referidos no parágrafo 2º supra, poderá abater o excedente do percentual a ser resgatado nos anos subsequentes, a critério dos acionistas. **§ 5º.** O preço de resgate das ações preferenciais classe "R" será calculado com base no preço de integralização das mesmas, corrigido monetariamente pelo IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado publicado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM-FGV"), desde a data da respectiva integralização até a data do efetivo resgate, pro-rata temporis, acrescido de remuneração do capital de 12% a.a. (doze por cento ao ano), calculada igualmente pro-rata temporis. **§ 6º.** Caso o índice de correção previsto no parágrafo anterior deixe de ser oficialmente divulgado, ou na impossibilidade legal da respectiva utilização, adotar-se-á, para efeito do resgate, um índice que vier a substituí-lo e que reflita adequadamente a desvalorização da moeda nacional. **§ 7º.** Os lucros ou reservas da sociedade poderão ser utilizados no resgate das ações preferenciais classe "R", sendo que tal resgate poderá efetivar-se com redução ou não do capital social. **§ 8º.** As demais condições e o modo de resgate, não expressamente previstos neste Estatuto, serão estabelecidos: a) por Acordo de Acionistas, b) pela Assembleia Geral, que deliberará por maioria simples de votos dos acionistas presentes, nas matérias de sua competência. **§ 9º.** As ações preferenciais classe "R" resgatáveis de emissão da companhia perderão essa característica caso não sejam integralizadas nos prazos previstos no respectivo Boletim de Subscrição, acrescidos de 30 dias contados da data prevista para a integralização. **Artigo 8º.** A Sociedade poderá, a qualquer tempo, por deliberação da assembleia geral e observadas as disposições legais e as do presente Estatuto: a) criar outras ações preferenciais e/ou aumentar o número de ações preferenciais de classe existente sem guardar proporção com as demais espécies e classes, sendo que as ações emitidas poderão ser resgatáveis ou não e ter ou não valor nominal, nos termos do art. 11, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76; b) emitir debêntures, bônus de subscrição e quaisquer outros títulos e valores mobiliários, inclusive Notas Promissórias, para distribuição pública ou privada, nas condições a serem fixadas pela Assembleia; c) deliberar o resgate ou a amortização de ações ou de classes de ações, determinando as condições e o modo de proceder-se à operação. **§ 1º.** Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações, bem como na emissão de debêntures ou outros títulos conversíveis em ações e bônus de subscrição. **§ 2º.** O prazo para o exercício do direito de preferência, observado o disposto no Art. 171 da Lei nº 6.404/76, é de 30 dias contados da publicação da ata ou de aviso aos acionistas. **§ 3º.** Sem prejuízo do disposto neste artigo, os aumentos de capital decorrentes de conversão de debêntures em ações, cuja emissão tenha sido aprovada em Assembleia Geral, serão averbados pela Diretoria, mediante ata de reunião arquivada no Registro do Comércio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 166 da Lei 6.404/76, e consolidados anualmente na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária. **Artigo 9º.** As ações serão indivisíveis em relação à Sociedade. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **§ 1º.** A propriedade das ações presume-se pela inscrição do nome do acionista no Livro Registro de Ações. **§ 2º.** Os títulos múltiplos ou certificados das ações serão assinados por 2 Diretores. **Artigo 10.** A Sociedade deverá realizar dentro do prazo de 30 dias do pedido do acionista os atos de registro, averbação ou transferência de ações, bem como a emissão de certificados, podendo cobrar preço não excedente ao respectivo custo. **Artigo 11.** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembleia geral, segundo os critérios de avaliação fixados na legislação societária. **Parágrafo Único.** Se a deliberação da Assembleia geral ocorrer mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial em data que atenda àquele prazo. Nesse caso, a Sociedade pagará imediatamente 80% do valor de reembolso, calculado com base no último balanço e, levantado o balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 dias, a contar da data da deliberação da Assembleia geral. **Artigo 12.** A Sociedade poderá adquirir suas próprias ações, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação, mediante autorização dos acionistas. **Capítulo III – Da Assembleia Geral. Competência. Artigo 13.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todas as matérias relacionadas com o objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Instalação. Artigo 14.** A Assembleia Geral será sempre convocada, instalada e presidida pelo Diretor Presidente da Companhia e, na sua ausência ou impedimento, por qualquer outro Diretor. O Presidente da Assembleia escolherá, entre os presentes, o Secretário. **Parágrafo único.** Independentemente das formalidades previstas em lei e neste estatuto, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Assembleia Geral Ordinária. Artigo 15.** Anualmente, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, será realizada Assembleia Geral Ordinária, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência, previstas no art. 132 da Lei nº 6.404/76. **Assembleia Geral Extraordinária. Artigo 16.** A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto. **Capítulo IV – Da Administração da Companhia. Artigo 17.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 2 e no máximo 7 diretores, sendo 1 Diretor Presidente. 1 Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de 1 ano, permitida a reeleição. **§ 1º.** O prazo de gestão dos Diretores se estende até a investidura dos novos Diretores eleitos. **§ 2º.** Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de Atas de Reunião da Diretoria. Os Diretores que forem reeleitos serão empossados pela Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. **§ 3º.** Os Diretores serão substituídos, em suas ausências e impedimentos ocasionais, pelos demais membros da Diretoria. Em caso de ausência ou impedimento permanente, e desde que o número de membros remanescentes seja menor do que o mínimo previsto no caput deste artigo, a Assembleia Geral elegerá substituto, que exercerá o mandato até o término do prazo de gestão do diretor substituído. **Reuniões. Artigo 18.** A Diretoria reunir-se-á sempre que o exigirem os interesses sociais, na sede da Companhia ou no local indicado na convocação. A convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião. **§ 1º.** As reuniões serão convocadas através de aviso escrito, por meio de carta, telegrama, fax ou correio eletrônico, enviado a cada Diretor com antecedência mínima de 5 dias da data da reunião, devendo haver a confirmação do recebimento. **§ 2º.** Independentemente das formalidades previstas acima, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores. **§ 3º.** A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria e deliberará pela maioria dos membros presentes. Em caso de empate, o Presidente terá, além do seu voto, o voto de qualidade. **§ 4º.** As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio. **Representação da Sociedade. Artigo 19.** A representação ativa e passiva da companhia será exercida por 2 Diretores conjuntamente, por 1 Diretor em conjunto com um procurador especialmente nomeado ou por 2 procuradores em conjunto. **§ 1º.** A Companhia será, excepcionalmente, representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal. **§ 2º.** A Diretoria poderá, ainda, designar 1 de seus membros ou constituir um procurador, para representar a Companhia em atos e operações específicas, no País ou no Exterior. **Artigo 20.** A Diretoria poderá constituir procuradores da Sociedade, sempre mediante a assinatura conjunta de 2 Diretores, devendo ser especificados os atos e operações que poderão praticar. **Parágrafo único.** As procurações terão sempre prazo determinado, não excedente a 1 ano, salvo aquelas que contemplarem os poderes da cláusula *ad judicia*. **Competência. Artigo 21.** Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à plena realização do seu objeto social. **Artigo 22.** Ao Diretor Presidente compete, especificamente: (a) Formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral, com a participação dos demais Diretores; (b) Exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia; e (c) Convocar, presidir e instalar as Assembleias Gerais e as Reuniões da Diretoria. **Parágrafo único.** Em suas ausências e impedimentos temporários ou permanente, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente. **Artigo 22-A.** Ao Diretor Vice-Presidente compete substituir o Presidente nos impedimentos ocasionais ou ausência temporária ou permanente, praticando todos os atos de competência do substituído. **Artigo 23.** Os Diretores sem designação especial exercerão as atribuições que lhes forem conferidas pela Assembleia Geral e pelo Diretor Presidente. **Remuneração. Artigo 24.** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos Diretores e dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, que será distribuída entre eles mediante deliberação da Diretoria. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Composição e Funcionamento. Artigo 25.** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, não permanente, composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, nos casos previstos em Lei. **Artigo 26.** O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia geral ordinária após a sua instalação. **Artigo 27.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em media, for atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas da representação e participação nos lucros. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanço e Resultados. Artigo 28.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, sendo, entretanto, facultado o levantamento de demonstrações contábeis intermediárias, em qualquer data na forma da legislação vigente. **Artigo 29.** O Relatório da Diretoria e as demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária. **Artigo 30.** Do resultado do exercício, feitas as deduções para atender a prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda, será atribuída à Diretoria uma participação no lucro nos termos do § 1º do Artigo 152, da Lei 6404/76. **Artigo 31.** Do lucro líquido do exercício, após a dedução prevista no artigo anterior, a Diretoria apresentará proposta com a seguinte destinação: (i) 5% para constituição da reserva legal, até que alcance 20% do Capital social; (ii) importância destinada ao Pagamento do Dividendo Fixo assegurado às ações preferenciais classe "R", nos termos do Artigo 6º, inciso i, deste Estatuto; (iii) 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6404/76, para pagamento de remuneração aos acionistas. No caso das demais ações preferencias, a remuneração será 10% maior do que a atribuída aos titulares de ações ordinárias; e (iv) Atendida a destinação prevista nos parágrafos anteriores, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. **Dividendos Intermediários. Artigo 32.** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, distribuir dividendos com base em resultados apurados em balanço semestral ou levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, observado o que dispõe o art. 204, § 1º da Lei nº 6.404/76. **§ 1º.** A Diretoria poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes no último balanço anual ou semestral. **§ 2º.** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em benefício da Companhia. **Capítulo VII – Disposições Finais. Artigo 33.** A Sociedade se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou em virtude de decisão dos acionistas em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim. **Parágrafo Único.** Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação, bem como eleger o liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Artigo 34.** Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos com base na legislação vigente. **Artigo 35.** O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral. **Capítulo VII – Resolução de Conflitos. Artigo 36.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam- se a resolver, por meio da arbitragem administrada pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem ("Câmara"), todas e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6404/76 e no Estatuto Social da Companhia, de acordo com o regulamento da Câmara. **§ 1º.** A arbitragem ficará a cargo de tribunal arbitral sediado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, constituído por 3 árbitros a serem nomeados nos termos do regulamento da Câmara, devendo a Parte requerente nomear um árbitro e a Parte requerida nomear outro árbitro, sendo que o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, será nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. Não será permitida a instalação de arbitragem multilateral, ou seja, procedimento arbitral composto por mais de dois polos em litígio. Será permitida, contudo, a presença de mais de uma parte, sejam pessoas físicas ou jurídicas, em cada polo. **§ 2º.** Quaisquer omissões, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela Câmara. **§ 3º.** A língua da arbitragem será o português, e a arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, sendo vedado o julgamento por equidade. **§ 4º.** As decisões da arbitragem serão consideradas finais e definitivas pelas Partes, delas não cabendo qualquer recurso, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem. **§ 5º.** Ressalvadas as disposições em contrário que constem na decisão arbitral, cada Parte pagará os honorários, custas e despesas do árbitro por ela indicado, e os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro serão rateadas na proporção de 50% para cada uma. Caso haja mais de uma parte em um dos polos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados ao referido polo serão rateados em igualdade de condições entre tais partes. **§ 6º.** Em face do disposto nesta Cláusula compromissória, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral (Caso este já tenha sido instaurado) e implementada por meio de requerimento do tribunal arbitral ao juiz estatal competente; ou (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal não tenha sido instaurado), no foro da comarca onde a medida cautelar deva ser cumprida pela Parte requerida. **§ 7º.** As partes deverão manter em sigilo todas e quaisquer informações relacionadas à arbitra. Rio de Janeiro, RJ, 30/12/2022. **Isis Paula Cerinotti Malhaes** – Secretária Designada.

OUTONO: Sol com nuvens durante o dia, com chuva a qualquer hora. Manhã Tarde Noite 26º 19º 85% 06:20 17:54

CPTM

SP assina contrato para estudar nova rodada de concessões

O governo de Tarcísio de Freitas em São Paulo publicou na quinta-feira passada o termo do contrato com o IFC (International Finance Corporation) para viabilizar os estudos da nova rodada de concessões no setor de mobilidade para os trens da CPTM nas linhas 10-Turquesa, 11-Coral, 12-Safira, 13-Jade e a futura linha 14 Ônix.

O projeto foi anunciado por Tarcísio de Freitas no evento dos 100 dias do governo.

Serão gastos R$ 71 milhões com a consultoria.

O serviço terá duração de 48 meses, com a possibilidade de prorrogação pelo mesmo período. Nesta semana, o governo também assinou outro contrato com o IFC para os estudos de viabilidade da privatização da Sabesp.

TECNOLOGIA

Governo tem 123 mil vagas em curso com foco em mulheres

O Governo do Estado de São Paulo oferece 123 mil vagas gratuitas em curso de tecnologia da informação. As oportunidades, destinadas a mulheres e pessoas com deficiência, fazem parte do programa "Qualifica SP", lançado no final de março. Segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, essa é a primeira etapa do programa, que terá tecnologia da informação como foco, mas deve contemplar também outras áreas no futuro. Ao final do curso, os estudantes poderão concorrer a vagas de trabalho ou estágio em empresas.

A inscrição é feita no site do Qualifica SP (clique aqui para se inscrever) até o dia 30 de abril ou quando se encerrarem as vagas.

Ao todo, são 7.000 vagas para PcDs, 58 mil para mulheres e 58 mil para homens, com prioridade para pessoas negras. As aulas são todas online. A carga horário total varia entre 140 e 360 horas.

O programa Qualifica SP oferece cursos de maneira remota e tem enfoque em formar mão de obra em áreas onde há déficit de profissionais no mercado de trabalho. O público-alvo varia de acordo com a indicação das empresas parceiras.

Nesta primeira edição, entre as empresas parceiras estão ADA Tech, que oferece 60 mil vagas de desenvolvedor de software jr. e softskills, com carga horária de oitos horas obrigatórias, 27 horas adicionais e 324 horas para formação.

Há ainda a Impacta, com 60 mil vagas em cursos de desenvolvedor backend e engenharia de dados com carga de 170 horas 140 horas, respectivamente, e a Softex Campinas, com 3.000 oportunidades em cursos de desenvolvedor full stack e desenvolvedor mobile, ambas com 360 horas.

Segundo relatório de empresas da área, até 2025, serão necessários mais de 540 mil novos profissionais no país. Além disso, um estudo recente do IDC (International Data Corporation) aponta que o mercado de tecnologia brasileiro vai crescer 6,2%. Felipe Paiva, da ADA Tech, diz acreditar que a união entre o setor público e o privado vai alavancar novas possibilidades, beneficiando a sociedade como um todo.

Nota

PRAÇA DA SÉ É CERCADA COM GRADES EM MEIO A ALTA DA VIOLÊNCIA NO CENTRO DE SP

A Prefeitura de São Paulo resolveu cercar a praça da Sé com grades móveis. A medida, que começou esta semana, faz parte das ações de zeladoria para a região, disse o subprefeito responsável pela área, Alvaro Camilo. A colocação dos gradis acontece em um momento no qual o centro de São Paulo vive uma alta de casos de violência. O 1º distrito policial, que inclui a Sé, registrou no primeiro bimestre do ano a maior quantidade de roubos da série histórica, iniciada em 2002. O subprefeito classificou a situação atual da praça —onde estão a catedral metropolitana e a sede do Tribunal de Justiça do estado —como de "desordem urbana".

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 21ª (vigésima primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da **Canal Companhia de Securitização** ("Emissora"), nos termos da Cláusula 11 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 08 de maio de 2023, às 10 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado *link* para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A alteração do fluxo de pagamentos previsto no Anexo II do Termo de Securitização conforme Anexo B da Ata de Assembleia Geral; (ii) A alteração da Data de Vencimento dos CRI, conforme a Cláusula 4.8 do Termo de Securitização, para que corresponda a 11 de janeiro de 2035; (iii) A alteração do fluxo de pagamentos previsto no Anexo II do Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada da Tocantins Energias Renováveis S.A. ("Termo de Emissão"), conforme Anexo C da Ata de Assembleia Geral; (iv) A alteração da Data de Vencimento, conforme a Cláusula 4.1.3 do Termo de Emissão, para que corresponda a 09 de janeiro de 2035; (v) A concessão de *waiver* referente ao descumprimento da obrigação de pagamento da parcela de amortização e juros dos CRI, referente a 02 de maio de 2023, para que seja paga em 11 de maio de 2023, conforme Anexo B da Ata de Assembleia Geral; (vi) A concessão de *waiver* referente ao descumprimento da obrigação de pagamento da parcela de amortização e juros das Notas Comerciais, referente a 27 de abril de 2023, para que seja paga em 09 de maio de 2023, conforme Anexo C da Ata de Assembleia Geral; (vii) A autorização para que o Agente Fiduciário possa praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas nesta ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando qualquer quórum, conforme definido no Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail ger1.agente@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o Item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário: ger1.agente@oliveiratrust.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 17 de abril de 2023. Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização. Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

POLÍCIA FEDERAL

Moraes determina depoimento de Bolsonaro sobre ataques golpistas

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes determinou nesta sexta-feira à Polícia Federal que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) seja ouvido em até dez dias no inquérito que investiga os autores intelectuais dos ataques golpistas de 8 de janeiro.

O pedido foi feito pela PGR (Procuradoria-Geral da República), com base em conduta praticada pelo ex-presidente no dia 10 de janeiro, dois dias após os atos. Segundo o órgão, na ocasião, Bolsonaro teria supostamente "incitado a perpetração de crimes contra o Estado de Direito".

Na decisão, Moraes disse que a oitiva de Bolsonaro, nos termos indicados pelo Ministério Público, "é medida indispensável ao completo esclarecimento dos fatos investigados". Ele ainda determinou que a PGR seja avisada da data acordada para, se entender necessário, acompanhar o depoimento. O prazo começará a contar a partir da notificação das partes envolvidas no processo. O ministro também destacou que Bolsonaro retornou ao Brasil no dia 30 de março, possibilitando a realização da diligência solicitada pelo Ministério Público Federal e encampada pela PGR.

No dia 10 de janeiro, Bolsonaro compartilhou em suas redes sociais um vídeo com novas mentiras sobre as eleições de 2022. Ele apagou o conteúdo pouco depois.

No material, um homem identificado como Dr. Felipe Gimenez atacava a segurança das urnas eletrônicas. A publicação trazia ainda as frases "Lula não foi eleito pelo povo. Ele foi escolhido e eleito pelo STF e TSE (Tribunal Superior Eleitoral)". Ao contrário do que diz o conteúdo, Lula venceu Bolsonaro nas eleições de 2022 pelo voto popular. O petista teve 50,9% dos votos válidos, e Bolsonaro, 49,1%.

Bolsonaro viajou aos EUA na véspera da posse de Lula e, com isso, não cumpriu o rito democrático de passar a faixa presidencial a seu sucessor no Palácio do Planalto. A Procuradoria escreveu que não se tem notícia de que atos golpistas tenham se concretizado posteriormente à publicação atribuída ao ex-presidente, mas diz ser pertinente procedimento investigatório sobre o caso.

Também sugere a aplicação, a princípio, da tipificação sugerida no artigo 286 do Código Penal, de incitar, publicamente, a prática de crime. A pena para este crime é de detenção de três a seis meses ou multa. Segundo a representação assinada pelo subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, ainda que a postagem tenha sido feita após os episódios de violência e vandalismo, as condutas apontadas devem ser investigadas.

"Não se nega a existência de conexão probatória entre os fatos contidos na representação e o objeto deste inquérito, mais amplo em extensão. Por tal motivo, justifica-se a apuração global dos atos praticados antes e depois de 8 de janeiro de 2023 pelo representado", afirma. O subprocurador também solicitou que fosse expedida ordem ao provedor da rede social para a preservação do vídeo postado no Facebook.

A PF abriu quatro frentes de investigação após os ataques dos bolsonaristas acampados no QG do Exército.

Uma delas mira os possíveis autores intelectuais, e é essa frente que pode alcançar Bolsonaro. Outra pretende mapear os financiadores e responsáveis pela logística do acampamento e transporte de bolsonaristas para Brasília.

O terceiro foco da investigação PF são os vândalos. Os investigadores querem identificar e individualizar a conduta de cada um dos envolvidos na depredação dos prédios históricos da capital federal.

AGU pede indenização de mais 45 investigados por atos golpistas

André Richter/ABrasil

A Advocacia-Geral da União (AGU) entrou nesta sexta-feira na Justiça para obrigar que mais 45 pessoas sejam responsabilizadas pela depredação de prédios públicos durante os atos golpistas de 8 de janeiro.

O órgão quer a condenação e bloqueio de bens dos investigados, que foram presos em flagrante dentro do Palácio do Planalto no dia dos atos.

Com a nova ação, a AGU passa a cobrar o ressarcimento financeiro dos atos em seis processos, que envolvem 223 indivíduos, três empresas, uma associação e um sindicato. Os pedidos de indenização totalizam R$ 26,2 milhões.

DENÚNCIAS

Na próxima terça-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) começará a julgar as denúncias contra os 100 primeiros investigados pelos atos. No total, foram feitas 1,3 mil denúncias contra os acusados. O julgamento ocorrerá no plenário virtual, modalidade na qual os ministros depositam os votos no sistema eletrônico e não há deliberação presencial.

CONGRESSO

Governo de Jair Bolsonaro dobrou benefício a militares

O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) propôs e aprovou no Congresso uma lei que dobrou o benefício financeiro que militares têm ao ir à reserva. Na prática, os generais passaram a receber até R$ 300 mil no ato da aposentadoria --valor que, antes, chegava a R$ 150 mil.

A mudança foi aprovada no âmbito da reforma da Previdência dos militares, em dezembro de 2019.

O texto, sugerido pelo Executivo e acatado pelos parlamentares, aumentou o benefício extra da aposentadoria de 4 para 8 vezes o salário do último posto que o militar assumir na ativa.

A justificativa usada nas negociações à época era que militares não têm acesso ao FGTS e, portanto, o pagamento de até R$ 300 mil seria uma forma de compensação.

O fundo foi criado para que trabalhadores de carteira assinada tivessem uma garantia de recursos em caso de demissão, numa alternativa à estabilidade no emprego. Por isso, servidores públicos em regime estatutário não têm direito ao FGTS.

O FGTS é abastecido com recursos do empregador --na carreira militar, descontos em folha se referem ao imposto de renda, à pensão militar e ao fundo de saúde.

Os militares ainda afirmavam que o aumento do benefício seria uma forma de amenizar o impacto da decisão do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 2001, de extinguir a licença especial a que os militares tinham direito.

O benefício era uma folga de seis meses que os militares tinham a cada 10 anos trabalhados. Muitos fardados, porém, deixavam de tirar as férias para receber em dinheiro, na ida à reserva, um valor equivalente ao dobro do que seria pago durante a licença especial.

Apesar do fim da benesse, os generais que estão no Alto Comando atualmente, que se formaram na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) no início dos anos 80, acumulam as licenças especiais não tiradas e o aumento da ajuda de custo quando se aposentam da carreira.

À época das discussões da reforma da Previdência dos militares, na Câmara, o único deputado que questionou o aumento do benefício foi Paulo Pimenta (PT-RS). Atualmente, ele é ministro da Secom (Secretaria de Comunicação Social) do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Nota

BLOCOS COM O CENTRÃO NA CÂMARA VÃO AJUDAR GOVERNO, DIZ PADILHA

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), afirmou nesta sexta-feira que a formação de dois blocos na Câmara dos Deputados vai ajudar o governo Lula na aprovação de projetos. A declaração foi dada após encontro fechado com empresários e representantes de empresas dos Estados Unidos para um balanço dos cem dias de governo, na Amcham (Câmara Americana de Comércio), em São Paulo. O ministro também afirmou que a aproximação do governo com a China não atrapalhará a relações com os Estados Unidos. "Não são blocos de oposição ao governo. Pelo contrário, são liderados por parlamentares que defendem o governo", disse Padilha, citando que o maior deles, com 173 deputados, é liderado por Felipe Carreras, membro do PSB do vice-presidente Geraldo Alckmin. Esse bloco foi criado pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e é formado por PP, União Brasil, PSDB-Cidadania, Solidariedade, Patriota e Avante, além das legendas de esquerda PDT e PSB.

CHINA

Lula encontra Xi, e assina 15 acordos de parcerias

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou com sua comitiva ao Grande Salão do Povo, em Pequim, às 16h30 no horário local (3h30 em Brasília) desta sexta-feira, sendo recebido pelo líder chinês, Xi Jinping. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro divulgou a relação de 15 acordos entre os dois países.

A projeção no Ministério da Fazenda é que os pactos totalizem cerca de R$ 50 bilhões de investimento. Na lista se destacam memorandos de entendimento entre o ministério chinês das Finanças e a Fazenda, para infraestrutura e parcerias público-privadas, e um protocolo para fabricar e operar satélites CBERS-6.

O encontro terminou por volta das 19h20, com a cerimônia de assinaturas dos acordos. Lula e Xi então deixaram o local para participarem do banquete oferecido pelo dirigente chinês.

Alguns dos acordos ainda têm pendências, caso do estabelecimento da montadora de carros elétricos BYD na Bahia, que ainda espera um acerto com a americana Ford para aquisição de sua antiga fábrica.

Nas áreas de interesse da agropecuária brasileira, há um plano para a certificação eletrônica de carnes e um protocolo para a abertura aduaneira do mercado chinês para farinhas de suínos e aves. Apesar da pressão chinesa, inclusive por meio de artigos na mídia estatal, os acordos anunciados não mencionam adesão à Iniciativa Cinturão e Rota, programa de infraestrutura de Pequim voltado ao exterior.

Na cerimônia de chegada, a primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, a Janja, ministros e assessores acompanharam uma caminhada de Xi e Lula diante da praça da Paz Celestial enquanto uma banda tocava os hinos nacionais de ambos os países e canções como "Novo Tempo", de Ivan Lins.

Em discurso no início da reunião com Xi, Lula afirmou ter ficado "emocionado com o espetáculo das crianças" e destacou querer ir além do comércio na relação entre os países. "A compreensão que o meu governo tem da China é a de que temos que trabalhar muito para que a relação Brasil-China não seja meramente de interesse comercial", disse. "Queremos que a relação transcenda a questão comercial."

Pela manhã, no encontro com o presidente do Congresso Nacional do Povo, Zhao Leji, Lula já havia dito querer "elevar o patamar da parceria estratégica e, junto com a China, equilibrar a geopolítica mundial".

Com Xi, o petista defendeu ainda "uma parceria para construir uma política de desenvolvimento no Brasil no campo da energia". E acrescentou que a visita ao gigante da tecnologia Huawei, no dia anterior, foi para "dizer ao mundo que não temos preconceito na nossa relação com os chineses". "Ninguém vai proibir que o Brasil aprimore a sua relação com a China", afirmou o presidente brasileiro em Pequim.

As declarações de Lula se dão num contexto de crescente disputa entre Estados Unidos e China. A Guerra da Ucrânia, precedida pela formalização de uma aliança mais próxima entre Pequim e Moscou, ampliou os questionamentos de Washington àqueles que vê como aliados chineses.

"Fico muito feliz ao ver o senhor recuperado, o senhor veio tão logo se recuperou", afirmou Xi, em referência ao diagnóstico de pneumonia recebido por Lula no final de março, o que fez com que o líder brasileiro adiasse a viagem à China nas datas inicialmente previstas.